WARREN DEAN

A FERRO E FOGO

A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira

Tradução:
CID KNIPEL MOREIRA

Revisão técnica:
JOSÉ AUGUSTO DRUMMOND

1ª reimpressão

COMPANHIA DAS LETRAS

3
A SEGUNDA LEVA DE INVASORES HUMANOS

Os aruoredos sam muj mujtos e grandes e djmfimdas maneiras.

PERO VAZ DE CAMINHA

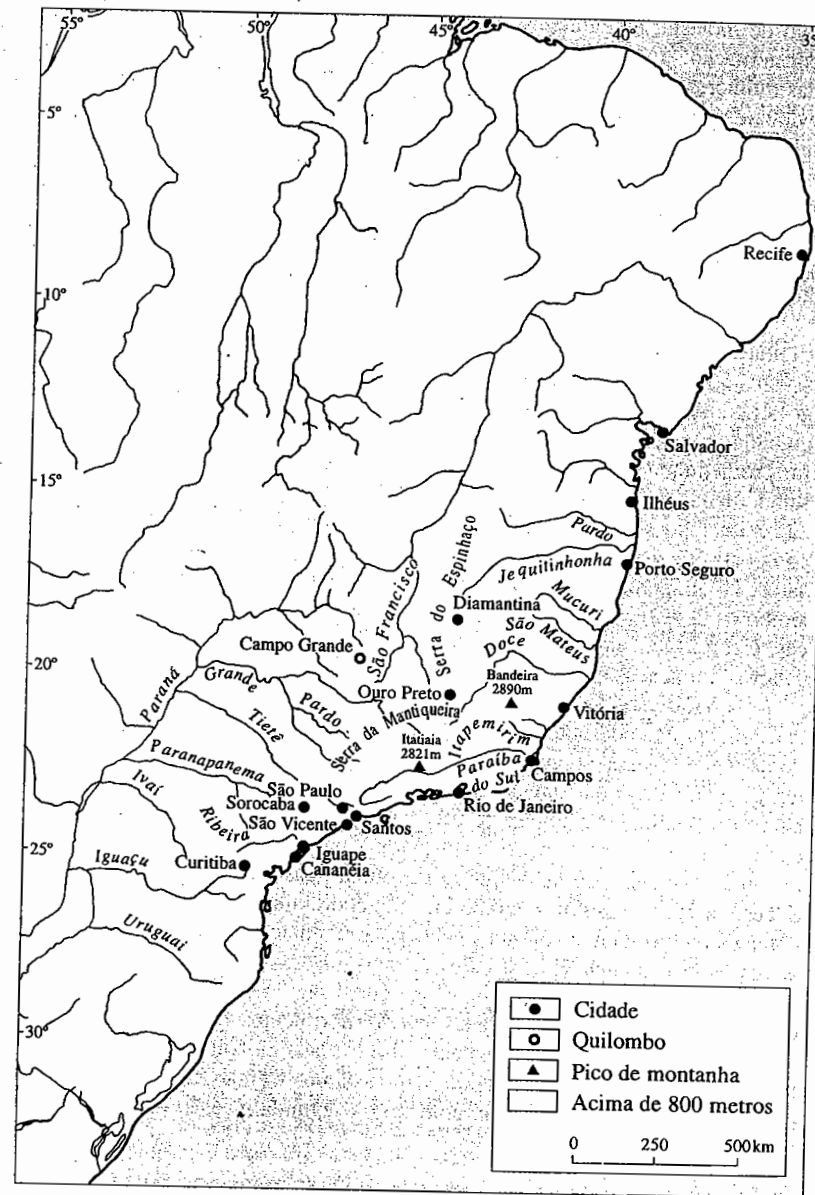
Um dos primeiros atos dos marinheiros portugueses que, a 22 de abril de 1500, alcançaram a costa sobrecarregada de floresta do continente sul-americano nos 17 graus de latitude sul, foi derrubar uma árvore. Do tronco desse sacrifício ao machado de aço, confeccionaram uma cruz rústica — para eles, o símbolo da salvação da humanidade. Uma missa foi então celebrada aos pés dessa cruz, durante a qual, para satisfação dos portugueses, os indígenas ali aglomerados imitaram sua postura ajoelhada com as mãos em prece, embora não imitassem suas expressões devotas. O momento ficou gravado na memória de todo brasileiro que completou o curso primário, através das reproduções de uma pintura épica comemorativa do evento, de autoria do artista do século XIX, Victor Meirelles. Presas à cruz de madeira estavam as insígnias e divisas do rei, um sinal inequívoco da identidade entre os objetivos e a autoridade do Estado e da Igreja. Essa pretensão ao território que uma tripulação indócil mal havia vislumbrado baseava-se em um tratado assinado seis anos antes por emissários das coroas portuguesa e espanhola, que demarcava as respectivas esferas de influência no mundo não-cristão por um meridiano que passava 370 léguas (2200 quilômetros) a oeste das ilhas de Cabo Verde.[1]

Os indígenas, que inocentemente se irmanaram com eles naquela praia, não faziam idéia, tal como as árvores às suas costas, da destruição que essa invasão causaria. Esse evento memorável da história da humanidade — o fim de milênios de separação entre os dois maiores contingentes de população da espécie — foi também o mais trágico. As crônicas das descobertas, mais que as de qualquer outro capítulo da história escrita, são de um irrealismo assustador. Incapazes de compreender intelectualmente a magnitude de sua descoberta, os portugueses tropeçaram em um meio continente, movidos por

cobiça e virtude, sem se deixarem levar por compaixão ou mesmo por curiosidade. A Mata Atlântica os deixava impassíveis ou atônitos. Por diversas vezes penetraram-na, e traziam apenas relatos delirantes sobre esmeraldas e ouro. Produziram tamanha devastação entre seus irmãos que, no prazo de um século, quase todos aqueles com quem haviam se deparado estavam mortos e suas sociedades em ruínas. Esse foi o começo, a fundação do povoamento, da colonização e do império, de uma civilização transferida e imposta.[2]

A esquadra que fez a descoberta estava ostensivamente na rota do Oriente, das Índias, que, apenas três anos antes, os portugueses pela primeira vez haviam alcançado pelo caminho do cabo da Boa Esperança. Pedro Álvares Cabral, o capitão da segunda expedição, havia fixado um curso bem afastado da costa africana na esperança de ventos mais favoráveis e, por isso, o avistamento da terra brasileira parece um acontecimento casual. No entanto, os mapas portugueses havia muito situavam uma "Terra de Vera Cruz", uma ilha com dimensões aproximadas às de um continente, mais ou menos na oposição dessa descoberta. De fato, Vera Cruz foi o nome que Cabral deu à terra, tão logo a avistou. A cruz de madeira erigida naquela praia alienígena, portanto, também simbolizava o sentido que os portugueses procuravam atribuir-lhe.[3]

Os mitos sobre ilhas e povos fabulosos, que mediaram o encontro europeu com esse mundo natural alienígena, influenciavam moderadamente os exploradores portugueses. Suas concepções iniciais sobre seres e locais fantásticos nas terras abaixo do equador haviam sido inúmeras vezes retificadas pela longa experiência na costa africana. Sérgio Buarque de Holanda mostrou o quanto eles careciam da visão paradisíaca, de qualquer expectativa de encontrar um paraíso terrestre. A "sobriedade imaginativa" dos portugueses contrastava com a pronta aceitação de presságios e prodígios que empurravam os futuros conquistadores espanhóis sempre para a frente. O empirismo português era tão prosaico e estreito em suas expressões que os exploradores pareciam totalmente deslocados naquele século da "curiosidade universal dos humanistas".[4]

O relato de Pero Vaz de Caminha, escrivão da primeira expedição, demonstra essa "resignação diante do real e do imediato" tão familiar ao leitor moderno. O encontro foi totalmente harmonioso — ambas as partes puseram as armas de lado e mutuamente trocaram comida, bebida e suvenires. Os indígenas ajudaram de bom grado os portugueses a se reabastecerem de água e, no final, pegaram seus instrumentos musicais e dançaram juntos. Cabral recusou a sugestão de que se raptassem alguns de seus novos vassalos, mais por considerações práticas que morais: semelhante procedimento, opinou ele, poderia mostrar-se menos eficaz na aquisição de noções sobre sua língua e recursos que deixar com eles dois membros de sua tripulação de *degredados*, aqueles cujas sentenças de morte haviam sido reduzidas para exílio e que haviam sido agregados à expedição apenas com esse objetivo. Os marinheiros se contive-

Mapa 2. Montanhas, rios e cidades da Mata Atlântica

ram de molestar as mulheres, embora sua nudez fulgurante lhes provocasse consternação. "Olhavam bem de perto" e com admiração os genitais depilados das mulheres, que não mostravam qualquer vergonha diante disso. Caminha, evidentemente registrando o encontro quase momento a momento, foi conquistado pelo seu encanto — os habitantes estão em estado de inocência, não possuem vergonha, vícios, falsos ídolos. Afora o cultivo de umas poucas raízes, que lhes exige pouco trabalho, vivem dos frutos da floresta e do peixe dos rios. No entanto, como é funesta a conclusão imediata tirada por Caminha: por isto, será fácil sua conversão ao cristianismo — ao rebaixamento, ao sofrimento, à iniqüidade e à inevitabilidade do trabalho.[5]

A expedição se retardou bucolicamente na baía de Porto Seguro. Os capitães tiraram sua folga à sombra das árvores. Os tripulantes abateram árvores novas para lenha e derrubaram palmeiras para extrair palmito. As viagens pela África de certo modo haviam acostumado os descobridores a este ambiente novo, tropical. Evidentemente, sua busca de palmeiras comestíveis foi premeditada e, embora equivocados, era compreensível que identificassem a mandioca nativa com o inhame, comum na África. Ao longo da praia e nas colinas próximas, seu reconhecimento nada lhes revelava além de matas, compostas de árvores enormes e imponentes, cheias de muitos tipos de pássaros. Os indígenas lhes ofereceram cocares emplumados, não como meros símbolos de estima, mas porque os consideravam dotados de virtudes mágicas. Cabral os aceitou afavelmente, bem como os arcos e flechas, pássaros canoros e macacos.

Os habitantes não portavam ornamentos de ouro ou prata, a única circunstância que poderia ter detido a esquadra. Um dos jovens recebidos a bordo da nau capitânea apontou para o colar dourado do capitão e depois para a terra, como a dizer que havia ouro naquela direção, mas em seguida Caminha admitiu, conciliador, que o gesto foi assim interpretado porque "desejávamos que assim fosse". Dessa forma, a esquadra içou vela após uma pausa de apenas uma semana. Não se designou nenhuma guarnição para ficar em Porto Seguro, a não ser os dois degredados, que choramingaram temerosos quando a pinaça da última nau soltou as velas na arrebentação. Dois aprendizes, evidentemente acalentando expectativas mais favoráveis neste paraíso reconquistado, ou apenas receando mais o percurso seguinte até o Oriente, fugiram do navio e não foram resgatados. A nau de suprimentos, cujos estoques foram repartidos com o restante da esquadra, foi enviada de volta a Lisboa para dar notícias ao rei. Cabral e seus capitães apressaram-se então rumo à Índia e suas riquezas. Assim, pacificamente, começou a segunda invasão da Mata Atlântica.

Essa nau mensageira, ou talvez a expedição seguinte, em 1501, foi a primeira a carregar amostras do primeiro dos tesouros florestais do Brasil.

Tratava-se de uma madeira corante chamada ibirapitanga — árvore vermelha — pelos tupis, que com ela coloriam suas fibras de algodão. Os portugueses a chamavam de pau-brasil, provavelmente a partir de brasa. No primeiro corte, o cerne do tronco exibe um brilho dourado e depois se torna vermelho alaranjado brilhante. Quando mergulhado em água imediatamente torna-se violeta avermelhado. A grande e crescente demanda européia por corantes e tintas havia sido satisfeita por uma madeira asiática do mesmo gênero, precariamente comercializada através do Oriente Próximo. Assim, "pau-brasil" já era uma palavra utilizada no comércio. Essa árvore da Mata Atlântica (havia três populações distintas: uma ao longo do litoral do Rio de Janeiro, concentrada em Cabo Frio; outra no sul da Bahia; a terceira, no norte, concentrada no Recife) é uma leguminosa, *Caesalpinia echinata*. Prefere ambientes moderadamente irrigados, principalmente costeiros, embora também possa ser encontrada no planalto, e cresce na floresta secundária, de sorte que provavelmente tenha acompanhado os tupis quando seus contingentes aumentaram e pode até ser que fossem encontradas em arvoredos de uma certa homogeneidade. O potencial para o comércio moderado dessa espécie única era, portanto, promissor.[6]

O rei de Portugal, d. Manuel, enviou uma expedição de reconhecimento em 1501, sob o comando de Gonçalo Coelho. Mais notável pela presença a bordo de seu piloto, Américo Vespúcio, que dedicou a esta viagem a terceira de suas famosas cartas, a esquadra pode ter chegado até a Patagônia. Segundo os cálculos de Vespúcio, o meridiano do Tratado de Tordesilhas, dividindo o território espanhol do português, interceptava a costa na latitude de 25° sul, na foz de um estuário convidativo, onde os portugueses logo depois fundaram uma cidade que chamaram de Cananéia. As naus de Coelho visitaram então Cabo Frio e a baía da Guanabara e levaram consigo mais daquela madeira corante, que faria da "conquista" um empreendimento lucrativo.

Existe muito pouco registro de como foi praticado o comércio de pau-brasil, mas é evidente que a extração desse produto, como de todos os demais com que os portugueses lidaram, teve origem no conhecimento que os nativos tinham da floresta. Certamente, os portugueses não tinham a menor idéia de onde as árvores se encontravam ou de como identificá-las. Assim, os comerciantes deixavam feitores na costa para trocarem mercadorias pela madeira. Os tupis, portando machados europeus, ou talvez só cortando um anel em torno do tronco e queimando as bases das árvores, derrubavam-nas, tiravam-lhes a casca e a cortiça e cortavam os troncos em seções menores. Pesando estas de vinte a trinta quilos, podiam ser carregadas nos ombros por certa distância até os atracadouros. Os recursos da Coroa portuguesa eram extremamente limitados e na época se destinavam quase totalmente à "empresa do Oriente", que parecia muito mais promissora. Desta forma, d. Manuel entregou a exploração da nova colônia a um grupo de comerciantes, que deviam despachar pelo menos seis navios por ano para extrair pau-brasil e o que mais

pudessem encontrar. Nisso foram diligentes: consta que, nos primeiros anos, coletaram cerca de 1200 toneladas/ano. O comércio era maravilhosamente lucrativo, já que o rei havia providencialmente fechado o mercado à madeira corante asiática. Os comerciantes excluídos, porém, logo romperam o monopólio, multiplicando o número de navios que exploravam a madeira. Uma vez que essas toras eram vendidas para a França, cujo rei não via razão nenhuma para respeitar a linha do tratado português-espanhol, negociantes clandestinos, de Honfleur, Rouen e La Rochelle, surgiram quase de imediato nos pontos do litoral onde havia pau-brasil. O comércio cresceu, pois, consideravelmente em volume, sobretudo porque os franceses apreciavam o pau-brasil e outras árvores da Mata Atlântica como madeira para marcenaria. Às vezes, os feitores franceses também completavam seus carregamentos com algodão. O navio *Pélérine* levou 5,5 toneladas de algodão em sua viagem de 1532, outro indicador da escala e produtividade da agricultura tupi.[7]

Em 1588, 4700 toneladas de pau-brasil passaram pela aduana portuguesa, talvez metade do verdadeiro volume. O tráfico francês clandestino de madeiras corantes era tão bem estruturado quanto o dos portugueses ou até melhor — um cronista de meados de 1550 relatou haver observado 100 mil pedaços de tronco estocados na colônia francesa do Rio de Janeiro. Havia ainda o contrabando intermitente feito por navios espanhóis e ingleses. Em conjunto, todos esses negociantes podem ter provocado a extração de 12 mil toneladas por ano.

Em 1605, a Coroa portuguesa, alarmada com os relatórios sobre a exploração de pau-brasil — de que, com o corte indiscriminado e a estocagem, as madeiras "virão a acabar e perder de todo" —, passou a controlar o corte e criou a função de guardas florestais. A penalidade para a extração ilegal era a morte. Em 1607, o pau-brasil voltou a ser um monopólio, cujos concessionários eram autorizados a importar apenas seiscentas toneladas por ano — um convite à continuidade do contrabando. O mercado, talvez, já estivesse saturado. Segundo um comissário real enviado para investigar a situação, não se tratava, contudo, de que a árvore estivesse em perigo de extinção comercial. Considerando que um volume médio anual de 8 mil toneladas no século XVI implicava corte, carreto, estocagem e transporte em chatas de cerca de 320 mil seções de 25 quilos cada, vários milhares de indígenas teriam sido empregados na exploração. Calcula-se que essa tonelagem exigiu a derrubada de aproximadamente dois milhões de árvores durante o primeiro século do tráfico. É um número impressionante e provavelmente deve ser corrigido para mais, por conta de estragos e naufrágios. Os próprios nativos estocavam toras, antecipando a demanda de mercado que nem sempre se concretizava, e as queimadas a que recorriam na derrubada das árvores por vezes escapavam a seu controle. Se acrescentarmos 20% de desperdício por essas e outras perdas, e se imaginarmos que o pau-brasil era de incidência média nas baixadas costeiras, digamos de quatro exemplares por hectare com um diâmetro de 50

centímetros, em ponto de cortar, então o comércio de pau-brasil, somente no primeiro século, afetou 6 mil quilômetros quadrados da Mata Atlântica.[8]

Muitas vezes, as viagens de volta à Europa levavam também escravos nativos. A prática foi registrada pela primeira vez em 1511, quando o navio *Bretoa*, com carga de madeira em Cabo Frio, incluiu em seu carregamento 36 escravos, dez homens e 26 mulheres, ainda que os proprietários houvessem proibido esse tráfico à tripulação. Daí em diante, a prática deve ter se generalizado — o primeiro nome português para o porto de São Vicente era porto dos Escravos. Os primeiros contratos reais de afretamento autorizavam esse hábito pernicioso, concedendo ao detentor o direito de importar um certo número de escravos, isentos de taxas alfandegárias. Fazia tempo que os portugueses comerciavam escravos na costa africana, fornecendo mão-de-obra para suas colônias insulares e para as plantações no Algarves e sul da Espanha. Os nativos trazidos para Lisboa provavelmente não se destinavam a ser escravos no campo, mas eram vistos como curiosidades, exotismo, e serviam para exibição ou venda a nobres, como macacos ou papagaios, embora fossem apreciados também como objetos sexuais. A aquisição desses escravos tinha o mesmo pretexto que justificava o seqüestro de africanos: o resgate de cativos das mãos de outros indígenas. Os tupis, evidentemente, forneciam abundante fonte dessa "mercadoria" e os portugueses poderiam congratular-se por realizar um gesto humanitário salvando esses cativos da churrasqueira.[9]

A presteza com que os tupis se engajaram no escambo com os europeus foi motivada em grande parte pelo desejo de poupar trabalho, expandir sua base de subsistência e evitar alguns dos perigos da floresta. As facas e machados de aço dos europeus eram ferramentas que reduziam em muito o seu trabalho, porque eliminavam a faina extenuante de lascar pedra e lavrar madeira, e encurtavam em cerca de oito vezes o tempo gasto para derrubar árvores e esculpir canoas. Além disso, anzóis de ferro inauguravam uma nova maneira de explorar os recursos alimentícios dos estuários. É difícil imaginar o quanto deve ter sido gratificante seu súbito ingresso na idade do ferro, o quanto isso foi transformador de sua cultura e o quanto foi destrutivo para a floresta. Um grupo caingangue residente no Paraná, que havia recebido ferramentas de aço apenas na metade do século XX, lembrava-se de que não mais tinha de escalar árvores, outrora uma atividade muito freqüente, para apanhar larvas e mel. Muitos dos que caíam das árvores morriam — agora eles simplesmente derrubavam as árvores. Os portugueses procuraram manter os indígenas na dependência de utensílios de ferro e ameaçavam reiteradamente os ferreiros suspeitos de estarem usando parentes tupis como aprendizes.[10]

Por outro lado, os tupis desdenhavam a acumulação de bens. O desprezo manifestado por um tupi pela demanda aparentemente ilimitada dos europeus por madeira corante foi registrado pelo feitor francês Jean de Léry: "Vocês franceses são uns grandes idiotas; precisam sofrer tanto para cruzar o mar, no qual (como você nos contou) suportaram tantas privações, apenas

para ajuntar riquezas para seus filhos ou para aqueles que vão sucedê-los? A terra que alimenta vocês não será suficiente para alimentá-los?".[11]

Essa indiferença ora divertia os europeus, porque reforçava seu senso de superioridade, ora os enfurecia, porque limitava a demanda dos tupis por seus produtos. Autores modernos freqüentemente citaram essa passagem, com evidente prazer por descobrir um "outro" não-aquisitivo que negava a racionalidade capitalista. O mais importante, pelo menos para a Mata Atlântica, é a evidência de que os tupis não eram conservacionistas no sentido de poupar os recursos naturais para as gerações vindouras. É provável que a ausência de preocupação não fosse descuido mas resultasse da certeza razoável sobre a adequação de seus recursos e sua capacidade de defendê-los contra os competidores. Infelizmente, seus principais competidores logo seriam os europeus, cujos apetites insaciáveis eram muito mais destrutivos que qualquer uma das armas que empunhavam.

Os europeus não conseguiram, ou evitaram, compreender que, para os tupis, a troca não era mera forma primitiva de comércio mas sinal material de aliança, que incluía a ajuda mútua em combate. Reconheciam graus variáveis de relação e obrigação, dos quais o mais íntimo era o selado pelo casamento intergrupal. Desta forma, quando ofereciam suas mulheres núbeis aos europeus — que obviamente não tinham mulheres para oferecer em troca — envolviam-nos em um jogo mortalmente sério, tão importante para eles quanto o era a busca de riquezas para os europeus. Não obstante, apenas leves responsabilidades de parentesco eram atribuídas aos genros estrangeiros, talvez por astúcia, ou por ignorância das implicações de sua participação nessas trocas. Seja como for, os tupis exploravam sua posição da forma mais completa possível para extrair da guerra interaldeias o máximo de bens comerciais. Os europeus tinham suas próprias razões para participar na guerra interaldeias e até para estimulá-la como meio de expulsar seus rivais — portugueses ou franceses — da costa e para aumentar a safra de escravos.[12]

Os tupis também se prontificavam a capturar animais vivos e peles para seus hóspedes insaciáveis. Além da madeira corante, o manifesto de carga do *Bretoa* em 1511 registra 23 periquitos, dezesseis felinos, dezenove macacos e quinze papagaios; o de 1532, do navio *Pélérine*, 3 mil peles de "leopardos etc.", trezentos macacos e seiscentos papagaios. É difícil imaginar o custo dessas mercadorias exóticas para os tupis. Matar uma onça era uma aventura arriscada, não só por sua grande força e ferocidade mas também porque seu "espírito" era considerado especialmente vingativo. Por isso, a carcaça do animal morto tinha de ser coberta por uma plumagem fina, exatamente como a de um adversário humano. As mulheres tinham de implorar pelo seu perdão: os homens da aldeia haviam fixado armadilhas para animais que podiam comer; a onça havia caído na armadilha por descuido e os homens tiveram de matá-la por medo de sua raiva. O feitor francês, que testemunhou essa cerimônia e depois comprou a pele, bem pode ter erguido a sobrancelha diante

dessas representações tendenciosas, que na verdade não eram muito diferentes daquelas que os tupis estavam acostumados a dirigir aos espíritos de seus inimigos humanos. Além disso, fica-se a imaginar qual seria o impacto sobre a Mata Atlântica do extermínio contínuo de milhares de seus maiores predadores.[13]

Os europeus gostavam de papagaios por serem uma novidade e devido a sua plumagem exuberante, além de sua capacidade de imitar a fala humana. Na verdade, de acordo com um mito, eram transfigurações dos anjos decaídos que acompanharam Lúcifer em sua queda. Os nativos comungavam desse fascínio: cuidavam das aves e trocavam-nas em função de suas penas, com as quais enfeitavam-se para ocasiões sagradas. Novamente, a existência prévia de um escambo era essencial às exportações portuguesas. Na verdade, algumas das espécies de papagaio eram nativas de bosques de palmeiras do cerrado longínquo, a mais de mil quilômetros de distância. Os feitores da costa matavam o tempo de seu engajamento solitário ensinando os papagaios a falar português (mais tarde um ditado português desvirtuado dizia que "o papagaio bem-falante vai para Portugal"). As espécies mais belas e raras valiam tanto para os tupis quanto dois ou três prisioneiros humanos. Considerando-se que os tupis obtinham cativos correndo risco de vida e que ao fazer negócio com eles abriam mão da glória de esmagar suas cabeças e acrescentar mais um grau honorífico a seus nomes, era um preço realmente impressionante. Entre os papagaios mencionados pelos cronistas, houve dois misteriosos. O anapuru, o mais raro e mais caro de todos, era descrito pelo cronista Fernão Cardim como "muito grande" e "formosíssimo", as penas exibiam "quase todas as cores em grande perfeição, a saber, vermelho, amarelo, preto, azul, pardo, cor de rosmaninho, e de todas estas cores tem o corpo salpicado e espargido". Não parece tratar-se de uma descrição de segunda mão, como algumas que os cronistas apresentavam sobre criaturas fantasiosas. Cardim, e talvez Gandavo, parecem tê-lo visto. Um outro, o *arara-una*, ou papagaio preto, foi descrito por todos os cronistas, desde Cardim, até todo o século XVIII, como realmente um pássaro preto. Daí em diante, depois de Lineu equivocadamente empregar o nome específico *araraúna* para o canindé, que é inconfundivelmente azul, o nome passou a ser comumente empregado para aquele ou outros papagaios azuis. Seriam esses pássaros, agora não identificáveis, as primeiras extinções provocadas na Mata Atlântica pela invasão européia?[14]

Ainda que o pau-brasil abastecesse um comércio muito modesto comparado ao dos portugueses no oceano Índico, trouxe tal notoriedade à recém-descoberta Terra de Vera Cruz — a atitude do rei d. Manuel de rebatizá-la de Santa Cruz foi casual — que, por toda a Europa, ela logo passou a ser chamada Brasil. Os devotos ficaram muito decepcionados por um nome tão decente e inspirador ter caído em desuso. Devia ser obra do diabo o fato de que a árvore divina, cujo corante e virtudes haviam tingido "todos os sacramentos

da igreja", tivesse perdido aceitação em favor de uma outra árvore cujo pigmento tingia coisas comuns, materiais. Capitalismo como obra do diabo e capitalismo triunfante; indignidades mais afrontosas aos preceitos clericais, porém, já eram visíveis no horizonte. O primeiro brasão de armas da colônia exibia uma concessão — uma ibirapitanga de cujos galhos mais altos brotava uma cruz. O nome aplicado aos habitantes da terra era, e continua a ser, brasileiros; daí, todos os brasileiros, por extensão, parecem estar envolvidos no ofício, ou negócio, do corte de madeira corante, uma designação peculiar e pungente, agora que as madeiras corantes há muito desapareceram do comércio e a própria árvore se tornou tão rara em seu hábitat nativo, sobrevivendo, talvez, mais na forma de espécimes plantados patrioticamente em praças e parques públicos.[15]

O tráfico de pau-brasil era mais intenso rumo ao norte, ao longo da costa, saindo de Porto Seguro, porque as árvores nativas do sul eram menos apreciadas. A conveniência da baía da Guanabara, apesar disso, estimulava a derrubada no local, tal como o faziam a distância e o isolamento de Cabo Frio, que atraía madeireiros franceses clandestinos. Em 1534, a Coroa, considerando a dificuldade de eliminar do litoral os concorrentes estrangeiros, decretou que todas as árvores de pau-brasil eram propriedade real e que sua derrubada estava sujeita a concessão, medidas que continuaram em vigor por mais de três séculos.[16]

As constantes e flagrantes incursões dos franceses obrigaram a Coroa portuguesa a enviar expedições punitivas. A atração da madeira corante, porém, tão importante aos comerciantes de Rouen e Honfleur, sobrepujou o novo perigo. Os franceses, aliás, eram mais simpáticos aos tupis como parceiros de negócio, porque não faziam escravos e eram generosos em seu suprimento de utensílios e armas, até mesmo de canhões. Além do mais, diversas expedições espanholas, inclusive a do circunavegador Magalhães, enviada para explorar a costa para além dos limites dos direitos portugueses, haviam aportado e se abastecido no litoral brasileiro, para desagrado do rei português. Ele bem poderia ter permitido que sua colônia lhe escapasse das mãos, não fosse por sua esperança de que, como as terras espanholas, ela também pudesse conter ouro. Os primeiros expedicionários que penetraram no interior voltaram com relatos de troféus — pedras preciosas e ouro — perdidos ao longo do caminho. As florestas por onde abriram picadas não tinham para eles nenhum interesse, um mundo vivo alienígena e irrelevante. Formulou-se uma geografia fantasiosa: um "lago dourado" no centro do novo continente de onde fluíam os dois grandes rios, o Amazonas e o da Prata. Lá, imaginava-se, seriam encontrados os metais preciosos. Certamente, todas as terras a leste desse lago deviam pertencer a Portugal.

Desejoso de acreditar nesses relatos, o rei enviou, em 1531, uma enorme

armada sob o comando de Martim Afonso de Souza para estabelecer uma fortificação em algum ponto próximo ao extremo sul da terra portuguesa, o mais próximo dos propalados domínios das riquezas andinas. A armada entrou na baía da Guanabara, onde Martim Afonso de Souza estabeleceu um acampamento fortificado e enviou um destacamento ao interior para reconhecimento. O grupo voltou dois meses depois, após penetrar 115 léguas, provavelmente a noroeste. O "grande rei" que trouxeram consigo estava feliz em confirmar que havia ouro e prata no rio Paraguai. Martim Afonso de Souza, facilmente convencido quando o assunto era seu "maior desejo", rapidamente içou velas rumo ao sul e aportou em Cananéia. Nas proximidades, encontrou alguns residentes portugueses e espanhóis que se dispunham a seguir para o interior, garantindo-lhe que retornariam em dez meses com quatrocentos escravos carregados de ouro e prata. Em vez disto, Martim Afonso de Souza decidiu enviar oitenta de seus próprios homens para encontrar o império inca.

A expedição içou velas novamente, na expectativa de reencontrar-se com o destacamento exploratório ao norte, em outro porto mais seguro. Martim Afonso de Souza chegou então a uma ilha coberta de ninhos de fragatas e mergulhões. Ordenou que se lançasse um esquife para que ele e alguns de seus oficiais pudessem aportar e caçar. Mataram inúmeras aves, com as quais encheram o esquife. Satisfeitos, arremeteram de volta para os navios, mas então sentiram, soprando sobre eles da crista da ilha, um súbito vento quente, que parecia "nada além de fogo". Notando que as bandeiras no mastro principal de seus navios estavam ondulando em uma direção contrária, foram tomados pelo temor de que o vento pernicioso pudesse infligir-lhes uma febre. Assim relatou o cronista: "Tão logo devolvi o capitão a seu navio, voltei à ilha e ateei fogo nela".[17]

A depredação, cometida de forma tão espontânea, sem dúvida uma reação aos horrores vivenciados na costa africana, é uma espécie de amuleto que revela atitude totalmente pragmática para com o mundo natural: na dúvida, ponha fogo. Esses corações não eram governados por admiração ou pânico mas por cautela e meticulosidade. De fato, os portugueses logo decidiram que a costa brasileira, bem ao contrário da africana, era governada por "bons ares" e que não havia qualquer necessidade de recear pelo flagelo da malária ao longo de sua extensão. Talvez o local desse episódio foi a ilha de Queimada Grande, onde os mergulhões e as fragatas ainda fazem ninhos. Parcialmente coberta por árvores, apesar de constantes queimadas, é um dos poucos ecossistemas do mundo cuja espécie dominante é atualmente um réptil, o *Bothrops insularis*. Esta cobra, extremamente venenosa, alimenta-se de pássaros e, por isso, seu veneno deve agir quase instantaneamente. Martim Afonso de Souza e seus homens mal conheceram os verdadeiros perigos dessa ilhota aprazível.[18]

O destino de Martim Afonso de Souza estava alguns quilômetros ao norte, o "porto dos Escravos", que já havia sido um ponto de parada constante

de navios que iam e vinham da Europa. Devido a isso, talvez, os tupis chamavam o local de *temiuru*, sua palavra para provisões. Martim Afonso de Souza rebatizou-o de São Vicente, em homenagem ao santo padroeiro de Lisboa. De certo ponto de vista, era uma cabeça de ponte favorável. Não era muito disputada por tribos rivais porque o estuário era pouco produtivo, embora o assoreamento de seus riachos e seus inúmeros sambaquis demonstrassem que outrora o havia sido. Por outro lado, era uma posição extremamente difícil da qual obter o controle do interior, pois nesse ponto a serra costeira, elevando-se a quase novecentos metros, começa a apenas poucos quilômetros da linha da maré. Martim Afonso de Souza esperou em vão por seus expedicionários — jamais retornaram. Apesar disso, graças à ajuda de um português que havia gerado uma numerosa prole de guerreiros mestiços, essa primeira vila sobreviveu. Dentro de poucos anos, fundou-se um segundo porto, chamado Santos, próximo à entrada da baía, e instalaram-se duas outras vilas no topo da escarpadura, Santo Antônio da Borda do Campo e São Paulo. Essa apressada extensão de um posto avançado precário no planalto, aparentemente, foi resultado do desejo de penetrar as regiões auríferas o mais depressa possível.

Uma segunda cabeça de ponte da invasão portuguesa da Mata Atlântica foi estabelecida apenas três anos depois da de São Vicente. Ficava na baía do Espírito Santo, um pouco abaixo dos 20° de latitude sul. Aí, os colonizadores foram atacados quase tão logo aportaram e resistiram a guerras constantes mesmo depois que se retiraram para um local mais defensável em uma ilha da baía. Enquanto isso, outro núcleo europeu estava começando a se formar na margem oeste da baía da Guanabara, onde feitores franceses inicialmente caíram nas boas graças dos tupis e, em seguida, a Coroa francesa tentara fundar um assentamento permanente. No mesmo momento, no interior do continente, mais de mil quilômetros rio Paraguai acima, os espanhóis instalaram um povoado em Assunção, onde encontraram densa população de índios guaranis amistosos. A partir dessa base, esperavam lançar um ataque ao vagamente conhecido império inca.

Em 1534, o rei português, impaciente diante do fracasso de seus exploradores em trazer riquezas, decidiu reduzir o custo da colonização conferindo direitos de propriedade a alguns de seus cortesãos que desejassem assumir as despesas de assentamento e defesa. O Brasil foi fatiado em faixas costeiras paralelas, as capitanias, e foram emitidos títulos concedendo aos donatários, como eram intitulados os proprietários cortesãos, poderes que se consideravam suficientes para a tarefa. Martim Afonso de Souza recebeu uma dessas concessões, sediada em São Vicente, e nove outras cortavam a Mata Atlântica, de norte a sul. As capitanias mostraram-se, por fim, impraticáveis, porque os recursos da maioria dos donatários eram insuficientes para a tarefa. Notícias da descoberta espanhola de uma montanha de prata em Potosí, atual Bolívia, reacenderam o entusiasmo do rei por seu vasto domínio neotropical. Foi enviado um governador real em 1549 para estabelecer uma capital em Salvador, na baía de Todos os Santos, fortalecer as defesas da colônia e supervisionar os esforços dos donatários.

A migração de plantas e animais é um fenômeno que ocorre de modo intermitente no mundo natural; na verdade, a migração de homens, pelo menos antes da invenção da agricultura, pode ser considerada como meramente mais um de tais eventos. Os primeiros invasores humanos do Novo Mundo haviam carregado consigo escassa bagagem de armas de pedra e trouxeram apenas seu companheiro de caça, o cão. Embora isso fosse armamento suficiente para produzir impacto devastador sobre as poucas espécies do Novo Mundo que se tornaram suas presas favoritas, foram os invasores humanos que, em última instância, tiveram de descobrir ambientes produtivos em um continente que era, em grande parte, inóspito. A invasão européia do Novo Mundo diferiu da primeira invasão pelo fato de que essa segunda leva já havia adotado a agricultura. Suas fileiras, portanto, contavam com uma série considerável de espécies domesticadas que, com vantagens, poderiam trazer consigo. Eram capazes também, até certo ponto, de avaliar os recursos bióticos dos agricultores nativos que encontraram, fosse para comercializá-los ou cultivá-los em sua terra natal.

A outra característica crítica da segunda invasão era que os europeus não estavam meramente migrando para um novo ambiente, mas pretendiam também manter contato com o antigo. Desse ponto de vista, a colônia de exploração e a colônia de assentamento — que os portugueses, desde o início, distinguiam como conquista e colônia — não eram muito distintas entre si. Ambas tinham de negociar com a metrópole para sobreviver e, na verdade, em primeiro lugar, para justificar as despesas de sua implantação. Dessa forma, a segunda invasão implicaria, mais cedo ou mais tarde, a substituição de um escambo aleatório entre uma população nativa desejosa de armas de ferro e disposta a saquear suas florestas em busca de estoques comercializáveis e um bando embrutecido e ignorante de comerciantes clandestinos satisfeitos com um fluxo imprevisível de objetos exóticos colecionáveis.

Alfred Crosby demonstrou que, historicamente, a colonização tem sido um fenômeno essencialmente ecológico, no qual os colonizadores comandam um processo abrangente e crítico de dispersão de plantas e animais. Invasores que chegam com recursos bióticos próprios contam com uma grande vantagem, pelo fato de que as espécies transferidas escapam a pragas e predadores com os quais haviam co-evoluído. Dessa forma, no novo ambiente, tendem a proliferar. É difícil imaginar como os europeus obteriam tão rapidamente tamanha e tão disseminada hegemonia no Novo Mundo se não tivessem comandado um exército de plantas e animais domésticos. Na verdade, na região de origem de praticamente todos esses seres domésticos — extensão continental entre o Oriente Próximo e o sul da Ásia — o imperialismo europeu era incipiente e superficial. Por outro lado, nas regiões tropicais, onde os

europeus não poderiam introduzir suas espécies domesticadas de zona temperada, era necessário transferir, no geral, espécies dos trópicos do Velho Mundo, uma conquista por procuração que se mostrou bem mais complexa e problemática que seus assentamentos coloniais em climas temperados.[19]

O intento português de conquistar e transformar esse território e nele não sucumbir ou admitir sua rendição às culturas nativas evidencia-se no seu interesse limitado pela sua vegetação e vida animal. Reconheceram e relataram diferenças grosseiras entre o ambiente tropical e o do conhecido Atlântico Norte: calor constante, sem inverno, chuvas abundantes e sazonais, florestas por toda parte e carregadas de névoa, as árvores muito altas e de folhas perenes. Compilaram listas de espécies potencialmente exportáveis — principalmente madeiras-de-lei, algumas plantas medicinais, pássaros de pluma ou fala e animais de pêlo. Ocasionalmente, acatavam relatos sobre animais espantosos ou se deixavam levar pelas qualidades metafóricas de algumas das curiosidades que encontravam — a flor de maracujá, por exemplo, que os jesuítas apresentavam para os nativos como símbolo da morte e ressurreição de Cristo. No entanto, suas listas não eram nem extensas nem detalhadas. Como conquistadores, ficaram em grande parte imunes àquela curiosidade relativa ao mundo natural que, na época, despertava na Europa.

Sua atitude inicial em relação a essa costa distante foi fria e até desdenhosa. O encontro de Porto Seguro havia incluído trocas de alimentos. Foi o único momento de estranheza desse interlúdio idílico, embora tenha sido revelador, pois nenhum dos grupos apreciou as respectivas culinárias. Na verdade, os europeus apressaram-se em classificar como inferior a dieta nativa (embora o físico dos tupis fosse visivelmente mais imponente que o seu!). Conquanto os cronistas arriscassem provar os frutos nativos, não os achavam "tão bons quanto os de casa". O exílio eventualmente produz tais sentimentos, mesmo em missionários cuja prática da horticultura era eficiente e esmerada. O efeito, todavia, foi o de diminuir o valor intrínseco da Mata Atlântica, impedir a domesticação de espécies selvagens que os povos nativos não se haviam dado ao trabalho de cultivar, e atrasar ou evitar a chegada na Europa das sementes de uma série de plantas neotropicais — algumas nativas das regiões montanhosas temperadas e mais nutritivas que as européias — que poderiam ter sido aclimatadas com vantagem aos pequenos e famintos povoados de Portugal. O milho rapidamente fez a viagem, mas muitas outras plantas jamais chegaram e, por isso, seus nomes continuam estranhos ao ouvido europeu, intraduzíveis e exóticos tanto no sentido psicológico quanto botânico.[20]

Os invasores portugueses perceberam, contudo, a importância de efetuar transferências para o Brasil a partir das regiões de floresta tropical do Velho Mundo e estavam, entre todos os europeus, na melhor posição para assim agir. Algumas das espécies domesticadas semitropicais do Velho Mundo que enviaram ao Brasil — laranja amarga, limão, gergelim e arroz, por exemplo — já haviam sido aclimatadas em Portugal. Mas outras transferências eram de origem tropical, africana e asiática — inhame, banana, coco, gengibre e quiabo, por exemplo — que os portugueses já haviam levado para suas colônias de além-mar nas ilhas de São Tomé, Madeira e Cabo Verde. Dessa forma, os portugueses se tornaram os agentes de dispersão, no Brasil, de uma flora tropical que lhes era estranha, implantando-a em outro domínio natural que consideravam como sua conquista. Neste particular, fica a dúvida se foram os homens que fizeram a conquista.

Algumas culturas tropicais do Velho Mundo introduzidas no Brasil foram bem recebidas pelos povos nativos, especialmente as bananas. E poucas espécies neotropicais foram encaminhadas para a África, mais notadamente a mandioca, que lá se converteu em um gênero de primeira necessidade tão importante quanto o era nas baixadas tropicais sul-americanas. Outras culturas de raízes, amendoim, abacaxi, e uma série de frutos também se disseminaram na África, aparentemente não pelos canais oficiais, em uma época em que as colônias portuguesas no continente não passavam de armazéns fortificados de escravos.

Uma vez que os colonos portugueses ansiavam por consumir alimentos familiares e não poderiam esperar que seus compatriotas em Portugal, pelo menos no curto prazo, desenvolvessem um apreço exagerado — e, portanto, pagassem somas exageradas — por produtos tropicais que os tupis poderiam cultivar, era necessário introduzir culturas do Velho Mundo já apreciadas em Portugal. Assim, os expedicionários chegaram trazendo sementes e conduzindo animais domésticos da terra natal. Com o assentamento em São Vicente, iniciou-se de fato a conquista biótica do Brasil. Embora o reconhecimento anterior tivesse introduzido espontaneamente uns poucos animais e plantas exóticos domesticados, Martim Afonso de Souza parece ter deliberado trazer uma variedade de espécies domesticadas europeizadas "como experiência daquilo que a terra poderia produzir". No planalto paulista, descobriu-se um hábitat frio adequado aos produtos mediterrâneos: marmelo, figo, damasco, pêssego, pêra, tâmara e romã; hortaliças como repolhos, cebolas, pepinos, melões, colza, endro, rosas (para a água medicinal de rosas); e — essencial à prática da fé — uvas e trigo.[21]

De todos os produtos coloniais — isto é, aqueles plantados para render um excedente exportável para a metrópole — o mais valioso e viável era a cana-de-açúcar. Cultivada há séculos na Índia e plantada em todo o Mediterrâneo, foi um importante produto de exportação dos portugueses para os mercados do norte da Europa; provavelmente fora trazido para Temiuru ainda antes da expedição de Martim Afonso de Souza. Sempre permaneceu um pequeno mistério o fato de que ele ordenara a construção de uma moenda aparentemente antes de haver cana para moer. É provável que algum viajante anterior, não registrado, a tivesse trazido da Madeira ou de São Tomé, onde já havia sessenta moendas, tão-só com a intenção de criar uma cultura de subsistência, já que basta espremer a cana para se obter um suco agradavelmente doce.[22]

Essas espécies domesticadas trazidas para o Brasil foram plantadas em campos queimados, empregando-se quase as mesmas técnicas dos tupis e valendo-se da surpreendente fertilidade inicial da bio-massa florestal reduzida a cinzas. Árvores frutíferas alcançavam a maturidade mais rapidamente que em Portugal e sementes de cereais rendiam cinco ou dez vezes mais grãos. Embora a cana-de-açúcar tivesse de ser adubada na Madeira e em São Tomé, isso era desnecessário no Brasil, onde, em certos lugares, a cana podia ser cortada ano após ano sem replantio. Além do mais, a chuva litorânea abundante evitava a cansativa irrigação. O mais importante é que as espécies introduzidas estavam livres das doenças e parasitas que as empesteavam nos locais de onde haviam sido transportadas. Ainda que essas introduções fossem satisfatoriamente fáceis de cultivar, continuava a existir a necessidade de cultivo. As modificações por que passaram as plantas domesticadas tornaram-nas não competitivas em ambientes naturais, e a Mata Atlântica, continental em escala e tropical em diversidade e competitividade, não era facilmente invadida. Essas introduções, portanto, ao contrário daquelas em diversas ilhas oceânicas, não resultaram em uma substituição da flora nativa para além dos limites dos campos queimados e plantados.

A ordem de Martim Afonso de Souza de construir engenhos de açúcar em São Vicente implicava o recrutamento compulsório de uma força de trabalho escrava similar àquelas já empregadas nas plantações de açúcar das ilhas do Mediterrâneo e do Atlântico. Essa decisão aparentemente não deixou vestígios de suas premissas ou justificativas, embora exiba um oportunismo cruel, uma intenção de reduzir a "conquista" a nada mais que um local de extrativismo primário. Para a história da economia mundial, as implicações dessa decisão foram profundas. Daí em diante, pelos próximos trezentos anos, o modelo português de *plantation* escravagista foi copiado nos territórios ingleses, franceses e holandeses por todo o Novo Mundo tropical e semi-tropical, em nome de um colonialismo de exploração intensiva. No Brasil, a implantação de uma enorme população escrava iria tornar impraticável a reprodução da base camponesa da Península Ibérica.

Para a Mata Atlântica, os perigos eram imensos, porque uma sociedade baseada na mão-de-obra compulsória não levava em conta o ambiente. Os que comandavam o tráfico eram pessoas em trânsito e imprevidentes: "De quantos lá vieram, nenhum tem amor a esta terra. [...] porque todos querem fazer em seu proveito, ainda que seja à custa da terra, porque esperam de se ir". Não se tratava de que os efêmeros escravos fossem vinculados apenas brevemente ao solo, mas que, sempre que possível, fossem estranhos a ele. A essência da plantação, além de uma planta exótica domesticada, era uma força de trabalho exótica. Os cativos indígenas eram negociados entre as cidades costeiras, não só porque guerras intermitentes resultavam em excedentes setoriais no mercado escravo, mas também porque o maior afastamento de sua terra natal reduzia a probabilidade de fuga. Os plantadores de cana não viam na floresta

nada além de um obstáculo à realização de suas ambições. Aqueles que cada vez mais vinham ocupar as margens da economia de plantação — posseiros do sertão — eram impelidos a explorar a floresta de maneira descuidada e imprevidente. A conservação dos recursos naturais iria mostrar-se irrelevante em uma sociedade na qual a conservação da vida humana era irrelevante.[23]

Negociar escravos nativos agora se tornava uma empresa de larga escala, pois tinha como propósito o abastecimento das plantações locais e não o de salões e palácios de Portugal. Quando da derrota da colônia francesa do Rio de Janeiro em 1560, a zona oeste da baía da Guanabara também se voltou para a cana-de-açúcar. Os tupis que se aliaram aos franceses foram retidos em cativeiro. Desenvolveu-se então um tráfico de cativos entre as cidades costeiras. Escravos indígenas, no entanto, eram rebeldes; recusavam-se a trabalhar e fugiam facilmente para a floresta, de onde apenas poderiam ser resgatados por outros indígenas. Por isso, eram trabalhadores bastante insatisfatórios e de baixo valor comercial. Apenas no Nordeste, no Recife e em Salvador, os fazendeiros eram prósperos o bastante para encomendar escravos africanos das colônias das ilhas do Atlântico. No Sudeste, porém, menos capitalizado e menos eficiente, os escravos nativos continuavam a ser uma necessidade.[24]

O resultado foi uma intensificação das operações de guerra. Em São Vicente e São Paulo, a aquisição de escravos por "resgate" diminuiu abruptamente na década de 1580. Na época, as áreas de muitas léguas em torno dessas cidades haviam sido despojadas de inimigos apropriados ao recrutamento compulsório. Os próprios colonos, nesse ínterim, haviam aprendido a fazer a guerra ofensiva na floresta quando sua segunda geração nativa atingiu a maturidade. Avidamente, inventavam desculpas para penetrar bem longe no interior e guerrear com o propósito real de capturar escravos. Esses "saltos"* chegavam longe no interior, rio acima, saindo de Porto Seguro e da foz do rio São Mateus, descendo o rio Tietê até o Paraná e, na virada do século XVII, rumo oeste cruzando o Paranapanema, chegando, por fim, ao limite da Mata Atlântica e início dos campos cerrados do interior. Só de São Paulo saíram pelo menos vinte expedições dessas até o ano 1600. De Assunção, enquanto isso, as expedições punitivas espanholas penetravam rumo leste e nordeste, subindo o Ivaí e até a foz do Tietê. Essas incursões, além de fornecer força de trabalho para as colônias, estavam começando a definir limites geopolíticos.[25]

A destruição da população do interior era facilitada pelas atividades dos missionários, que chegaram a São Vicente e ao Espírito Santo em 1550. Assustaram-se com a belicosidade e o caráter arredio dos tupis, que estavam no "caminho da perdição": tudo em que pensavam era beber, dançar, guerrear e "cozinhar carne humana". Os jesuítas combatiam os cultos dos tupis para destruir a força de seus competidores, os curandeiros, que exaltavam as vir-

(*) A palavra é traduzida pelo autor como *assaults*, em inglês. "Salto", em português, é uma forma antiga de assalto, no sentido de "ataque" ou "investida". (N. T.)

tudes da virilidade e bravura, atributos extremamente inadequados a uma casta conquistada. Os jesuítas desejavam também afirmar a separação entre o divino e o natural. Optaram por identificar o deus cristão com um espírito remoto e sem culto, Tupã, o trovejador, e aviltaram os espíritos da floresta, que caracterizavam, indiscriminadamente, como diabos. Assim, a Mata Atlântica se tornou a morada do diabo, uma metáfora conveniente para aqueles que a receavam e pretendiam eliminá-la.[26]

Era propósito dos jesuítas converter os indígenas não apenas ao cristianismo mas à passividade e dependência características de um campesinato português que aceitasse a tutela perpétua e todas as indignidades que a caracterizavam — chicoteamento, préstimos pessoais, submissão sexual e trabalho nos campos. Para alcançar essa meta, impunha-se pôr um fim à exploração itinerante e extensiva da floresta pelos indígenas. Podemos ver o quanto a lavoura era em suas mentes identificada com o cristianismo na exortação feita pelo jesuíta Diogo Jácome a seus colegas em Coimbra: "Este vinhedo carece de uvas porque não há ninguém aqui para derrubar as matas em volta e podá-lo; vocês são os podadores e fazem uma falta dolorosa aqui". Por um certo tempo, repelidos pelos tupis e encantados pelos relatos de que os guaranis, uma enorme tribo do interior, eram lavradores sedentários que não praticavam canibalismo, pediram permissão para partir para o interior. Mais tarde, outros jesuítas alcançariam esta meta, mas nos anos de 1550 o governador português procurava não dar aos espanhóis um pretexto para fechar a fronteira, que os portugueses haviam tão facilmente penetrado. Obrigados a permanecer no planalto paulista, os jesuítas, alegando a inviabilidade de pregar a tantas aldeias minúsculas, dispersas, atraíam os tupis e quaisquer outros grupos que pudessem contatar para as proximidades das vilas portuguesas. Os missionários ou seus agentes empreendiam então as entradas a partir de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Eram numerosas e paralelas aos "saltos" dos caçadores de escravos, abrangendo quase toda a região da Mata Atlântica, e juntavam até dois ou três mil indígenas de uma vez. A "descida" dessas "ovelhas desgarradas" que se dispunham a aceitar uma nova religião, ou, talvez, simplesmente esperavam ganhar proteção contra seus vizinhos, era normalmente problemática. As inúmeras dificuldades na descida para o litoral representavam para os prosélitos um esforço que custava muitas vidas por causa de freqüentes batalhas para abrir caminho até o litoral.[27]

No âmbito do assentamento europeu, os recém-chegados eram instalados em aldeias, onde deveriam viver; abandonavam a "promiscuidade" da habitação comunal pela cabana nuclear e paravam com a lavoura da derrubada e queimada. Obviamente, as aldeias representavam uma fonte tentadora de mão-de-obra escrava para a colônia. Embora os jesuítas se opusessem à demanda branca de escravização dos nativos, suas intenções de longo prazo em relação a eles pouco diferiam das que professavam os colonos leigos. Ambos desejavam converter os indígenas do sexo masculino em lavradores e

reduzir a população tribal à condição de campesinato arrendatário. No curto prazo, ambos lhes faziam pesadas exigências de trabalho não remunerado. Os jesuítas empregavam os habitantes da aldeia não menos que três dias por semana como criados pessoais e trabalhadores na construção das missões, carregadores e lavradores; entregavam-nos às autoridades governamentais para obras públicas; e os alugavam para colonos por períodos de meses de cada vez. Na verdade, o governador tinha de insistir em que tais contratos fossem limitados a três meses. A exigência de mão-de-obra, do ponto de vista tanto dos jesuítas como dos colonos, além do mais, propiciava mais que a oportunidade de lucrar e aproveitar o lazer. Era também um meio adequado de dispersar os tupis e seus vizinhos, um intento deliberado de destruir uma cultura e refazê-la para sempre como em uma casta subordinada.[28]

Depois de uma década, a inconstância e o desenraizamento dos tupis desanimaram completamente os padres. Um de seus líderes, Manuel da Nóbrega, irritado com o incorrigível canibalismo e poligamia dos tupis e invejoso da influência dos curandeiros, conclamou uma guerra de conquista. Só quando os tupis fossem inteiramente derrotados cessariam sua constante belicosidade e nomadismo e só então poderiam ser fixados às terras, "que são suficientes para eles", e doutrinados na fé. Outro jesuíta, José de Anchieta, acreditava que sua doutrinação só duraria na medida em que "haja alguém para fazê-los viver em sujeição e temor". Outro ainda, Pero Correia, advogava negar utensílios de ferro àqueles que rejeitassem o cristianismo. As ferramentas, ao encurtar sua jornada, capacitavam-nos a passar o resto do tempo embriagando-se ou planejando guerras. Sem elas, "eles passarão fome e a fome é guerra dia a dia e em pouco tempo ela os conquistará". Ele havia visto aldeias onde os nativos não possuíam ferro e lá "a fome era tanta entre eles que morriam de fome e venderiam um escravo [*sic*] por uma cunha de ferro [...] e também vendiam seus filhos e filhas". A crueldade da proposta é equivalente a sua impertinência, porque eram as mulheres tupis e não os homens belicosos que praticavam a lavoura.[29]

Os apelos de Nóbrega foram ouvidos. As campanhas contra os franceses prolongaram-se até meados dos anos de 1570, para esmagar toda resistência tupi nas baixadas em volta do Rio de Janeiro, desde a baía de Angra dos Reis até Cabo Frio. Consta que uma ofensiva de seis anos sobre o planalto paulista, iniciada em 1590 sob o comando de Jerônimo Leitão, destruiu trezentas aldeias, matando ou capturando seus habitantes, que chegavam a 30 mil. Talvez seja um relato exagerado — uma densidade de 0,4 habitante por quilômetro quadrado nas regiões montanhosas implicaria o desmatamento de 75 mil km² —, embora cifra não muito inferior seja totalmente possível, porque as entradas muitas vezes retornavam após seis meses na floresta com mil ou 2 mil cativos enfileirados. No colapso social que se seguiu, os indígenas desesperados por comida vendiam seus filhos e até a si mesmos para a escravidão. Nóbrega achou necessário alertar os escrivães que registravam

tais vendas, que a Bíblia proibia uma pessoa de vender a si mesma e que, sem a garantia de que se tratava de um pai vendendo seu filho, o escrivão estaria colocando sua consciência em risco.[30]

Embora o tráfico escravo e as agruras das plantações trouxessem a morte aos tupis e seus vizinhos, sua destruição pelas doenças infecciosas do Velho Mundo foi ainda maior. As cidades européias e asiáticas haviam acumulado, por vários milênios, assentamentos humanos populosos o bastante para permitir que muitas espécies de micróbios parasitas evoluíssem e, para sua disseminação, dependessem apenas do contato humano, sem a intervenção de vetores animais. As cidades, especialmente os portos, nos quais as concentrações de população eram maiores e os agentes da doença transportados com mais eficiência, haviam passado a servir de reservatórios para tais parasitas, que gradualmente se acomodavam a seus hospedeiros, exibindo, após muitas gerações, uma redução na virulência. As populações humanas passaram a consistir principalmente de sobreviventes de epidemias anteriores; eram portadores de anticorpos que os protegiam contra a reinfecção. Assim, os episódios de doenças infecciosas gradualmente se tornaram endêmicos, afetando quase sempre as crianças, que não haviam passado por exposição prévia.[31]

As cidades do Novo Mundo, comparadas com as do Velho Mundo, eram mais novas, em menor número e mais dispersas, e nenhuma era porto alimentado por comércio marítimo. Dessa forma, os microparasitas careciam de ambiente favorável para a transmissão direta de hospedeiro a hospedeiro; por isso, suas populações não reservavam nenhuma surpresa vingativa para os europeus, com exceção, talvez, da sífilis. Foi possível ao cronista Pero Magalhães de Gandavo relatar do Brasil, evidentemente pensando apenas no estado de saúde dos invasores portugueses, que "é esta província sem contradição a melhor para a vida do homem que cada uma das outras de América, por ser comumente de bons ares e fertilíssima, e em gram maneira deleitosa e aprazível à vista humana". Essa salubridade "procede dos ventos que geralmente cursam nela [...] como todos estes procedam da parte do mar, vem tão puros e coados, que não somente não danam; mas recriam e acrescentam a vida do homem". Como um repórter serenamente contraditório, Gandavo, um pouco mais adiante, culpa os ventos, agora soprando do interior e infectados por sua passagem sobre as "podridões das ervas, matos e alagadiços", pela geração no Brasil de "muitos animais e bichos venenosos [...] os quais são tantos em tanta abundância que seria história mui comprida nomeá-los aqui todos".[32]

Transferidos para o outro lado do Atlântico, os microparasitas infecciosos do Velho Mundo atuaram com virulência renovada e aterrorizante. Toda a população nativa do Novo Mundo era extremamente suscetível e experimentou taxas de mortalidade que superavam em muito mesmo as das piores pestes epidêmicas da Europa e da Ásia. O impacto das doenças tem sido inequivocamente mapeado em cada ponto de contato entre europeus e indígenas. O mais pungente é o estado de total ignorância em que esses even-

tos ocorreram. Sarampo, varíola, doenças respiratórias e, talvez, a malária mataram milhões de habitantes do Novo Mundo no primeiro século de contato. Na verdade, a mortandade sempre recomeçava onde quer que povos suscetíveis fossem contatados por neo-europeus.

Na região da Mata Atlântica, os "saltos" dos traficantes de escravos e das entradas dos jesuítas intensificaram a exposição da população nativa às infecções. As aldeias atuavam como focos de surtos epidêmicos. Em 1576, por exemplo, os padres no Espírito Santo relataram que 75 dos 160 nativos que eles haviam atraído para sua aldeia haviam "deixado este mundo para viver no outro, o feliz". Embora os indígenas suspeitassem do perigo nas proximidades dos brancos, os missionários pouco se importavam, afirmando que o batismo prolongaria suas vidas. Freqüentemente, manifestavam satisfação diante das mortes de apóstatas e alívio diante das mortes de convertidos. Amargamente conscientes de que era apenas uma questão de tempo até que todos os seus acólitos revertessem aos antigos costumes, pelo menos os últimos, ponderavam, haviam sido salvos. A epidemia se espalhava bem além dos limites da colônia portuguesa e francesa, quando os moradores da aldeia escapavam de volta para suas famílias e quando as aldeias do interior que eles infectavam eram, por sua vez, despovoadas pela debandada, em pânico, dos seus habitantes. Aldeias inteiras eram destruídas de uma vez, à medida que os índios, fracos demais para caçar ou escavar em busca de mandioca ou manter as fogueiras acesas, morriam tanto de fome como de doença.[33]

Ao longo da costa, de São Vicente a Cabo Frio, onda após onda de doenças devastaram os tupis; em 1600, estavam reduzidos a uns quatro ou 5 mil, um declínio assustador de 95% em um século. É bem possível que a floresta do planalto tenha passado por escala similar de despovoação. Os poucos sobreviventes tinham sido prudentes o bastante para evitar todo contato com os europeus, seja abandonando inteiramente a agricultura e dividindo-se em pequenos grupos de caçadores, seja demonstrando uma ferocidade tão terrível que os portugueses receavam entrar em seu território. Desses sobreviventes, os que lograram maior êxito, pelo menos por cerca de mais um século, foram os aimorés, dos quais se dizia, em 1587, que viviam "como animais brutos", sem abrigos mas tão "ferozes e de natureza tão esquiva que não podem ser pacificados, nem mesmo em cativeiro como os outros índios". Insignificantes em número, esses remanescentes foram obrigados a manter ampla terra-de-ninguém entre si e o assentamento neo-europeu mais próximo.[34]

De todas as armas transportadas nas caravelas dos europeus, nenhuma foi tão eficaz quanto suas doenças para dobrar a resistência dos povos do Novo Mundo. Na verdade, a doença epidêmica é a chave para se compreender o curso do imperialismo europeu no Novo Mundo. Nas outras regiões tropicais do planeta, que haviam sido todas ligadas pelo comércio e conquista desde o surgimento da agricultura e das cidades, a abordagem marítima dos europeus não produziu esse resultado. Por dois séculos e meio, os invasores

não controlavam nenhum território nas costas asiáticas e africanas além daquele garantido pelo alcance do tiro de canhão. Uma vez que a resistência asiática e africana às doenças era ainda mais completa que a dos saqueadores europeus, estes últimos não tiveram qualquer chance de repovoar a paisagem como lhes aprazia, com um sortimento humano exótico de colonos e cativos e raças domesticadas de animais. É surpreendente que a realidade de um Novo Mundo densamente povoado, castigado por doenças subitamente introduzidas, foi negada não só por aqueles que a testemunharam, mas também por todos os seus descendentes, por mais de quatrocentos anos, em interminável cadeia de cumplicidade que permitiu aos neo-europeus arrogarem-se herdeiros de uma terra vazia, uma "fronteira" ilimitada.

Antes da iniciativa da apropriação, o monarca português aplicou à nova colônia seu conceito de propriedade da natureza. No ato de dividir o Brasil em capitanias em 1532, a Coroa se presumia como a possuidora legítima de tudo sobre o continente sul-americano a leste da linha de demarcação, por direito de conquista, ainda que seu controle efetivo na época se estendesse a um único enclave, com um raio de uns poucos quilômetros, em São Vicente. Os títulos que emitia aos donatários e as instruções que entregava ao governador real conferiam o poder de distribuir direitos de propriedade sobre uma entidade abstrata, a "terra". Estava implícito neste conceito todo o mundo biótico que a habitava e o substrato do qual ela dependia. Nesses atos, a Coroa reconhecia a presença eventual de certas características acidentais dessa posse abstrata, porque reservava para si, além das árvores de pau-brasil, a propriedade das minas de metais e pedras preciosas, e submetia a julgamento especial pleitos privados quanto a cursos d'água e sítios ribeirinhos para a instalação de moinhos d'água, utilizados para moer cana. Ignorava, contudo, os potenciais direitos prévios ou mesmo a presença de habitantes indígenas.

Os cronistas não inquiriram sobre as concepções indígenas quanto à propriedade da natureza. Os tupis consideravam as florestas como pertencentes aos espíritos e animais que as habitavam, ou pelo menos como pertencentes tanto àqueles seres como a si mesmos, ainda que em algum nível suas guerras fossem certamente um esforço pela posse exclusiva dos recursos naturais. Suas concepções, em todo caso, teriam sido consideradas irrelevantes. A Coroa negou que os nativos detivessem quaisquer direitos legítimos ao espaço que ocupavam, embora o governador e os donatários de vez em quando concedessem, como uma graça, faixas limitadas a serem ocupadas pelas aldeias e supervisionadas pelos missionários. Comentaristas da política fundiária colonial, imersos como necessariamente estavam em uma visão eurocêntrica que subordina a realidade a categorias de "descoberta", "conquista", "pacificação", "civilização" e "salvação", não viam nada de extraordinário nesse gesto singular e espantosamente arrogante de expropriação, embora seja evidentemente um dos mais clamorosos de toda a história.

Nas circunstâncias em que ocorreu, a Coroa tinha em mãos um precedente

para o confisco e alienação da terra. Uma lei portuguesa de 1375 havia confirmado a autoridade da Coroa para se apossar de terras privadas que tivessem caído em desuso. Crises rurais e epidemias haviam levado grandes áreas na zona rural a se despovoarem. Eram designadas "terras devolutas", isto é, devolutas para a Coroa, que desta maneira assegurava sua propriedade original. Eram então distribuídas como "sesmarias", com a condição principal de que os donatários tivessem os meios e a vontade de trabalhá-las. No Brasil, todos os conceitos de posse original e usufruto da Coroa e devolução potencial a esta, adequavam-se aos propósitos da colonização. Os donatários, o governador e os conselhos municipais estavam, portanto, autorizados a emitir concessões de terra, meramente subordinadas à condição de ocupação efetiva. Pretendentes que alegassem serviços anteriores prestados à Coroa tinham preferência. Além disso, as sesmarias eram concedidas a ordens missionárias, visto que suas atividades eram consideradas úteis ao esforço colonizador. Jesuítas, franciscanos, beneditinos e outros passaram, desta forma, a ser proprietários da floresta, ao lado de magnatas individuais e, como estes, dependiam do trabalho escravo.[35]

Em 1600, o relacionamento humano com a Mata Atlântica tinha se transformado, principalmente porque a maioria de seus habitantes humanos originais havia desaparecido e porque o número de invasores era insuficiente para substituí-los. Ao longo da costa, após um século de constantes guerras, escravização e epidemias, apenas sete dos donatários haviam conseguido instalar algum tipo de assentamento; a Coroa consolidara quatro das capitanias. A de São Tomé foi abandonada a seus habitantes nativos após duas tentativas de invasão nos anos de 1550. Apenas doze povoamentos portugueses haviam sido contemplados com o status de *vila*. Diversos assentamentos já estavam decadentes. Em conjunto, nas capitanias do Sudeste apenas quinze engenhos estavam operando: Santos e Rio de Janeiro, com seis engenhos cada um, e o Espírito Santo, com três.[36]

O plano dos jesuítas de construir uma sociedade baseada em aldeias foi um fracasso demográfico; as aldeias não se expandiram em número ou em população, ainda que novos recrutas fossem esporadicamente atraídos ou arrebanhados ao longo do século. Em 1600, cerca de 21 aldeias estavam associadas aos assentamentos portugueses nas capitanias do Sudeste. No Espírito Santo, cinco no entorno de Vitória e outras seis dispersas ao longo da costa. Duas ficavam próximas ao Rio de Janeiro, três próximas a São Vicente. Circundando São Paulo, havia doze aldeias tupis quando os portugueses chegaram, mas estas se fundiram à medida que os indígenas iam morrendo e apenas seis continuavam a existir em 1600.[37]

A população do Brasil sob controle português em 1600 pode ter chegado a menos de 65 mil. Menos de 10 mil desses residentes eram europeus ou mestiços. Sua área de ocupação efetiva pode ter se estendido por 16 mil km², calculando-se cerca de quatro pessoas por quilômetro quadrado, incluindo-se as populações das vilas. Quanto à população nativa sobrevivente que habitava a área da Mata Atlântica fora dos limites portugueses, pode-se apenas

especular; é possível que tivesse praticamente desaparecido em um raio de trezentos quilômetros das vilas litorâneas, em decorrência das entradas e "saltos", da disseminação de doenças infecciosas e da fuga de sua população para áreas mais interioranas. Além dessas zonas, as populações nativas eram pré-agrícolas ou tinham abandonado a agricultura para manter sua mobilidade. A expedição de Willem Glimmer, de 1598-1602, até as cabeceiras do rio São Francisco, oferece um relato vívido de um meio rural abandonado, onde "nestes ermos", apenas bandos itinerantes eram encontrados "com locais de moradia impermanente, que ao longo do caminho não cuidam de sementes". Essa população reduzida de caçadores-coletores retornava às práticas de seus ancestrais mais remotos, subsistindo, na maioria dos casos, da matança de animais de caça que viviam na orla interior da floresta, onde o cerrado se encontra com a Mata Atlântica.[38]

Um século depois de os portugueses terem inicialmente reivindicado seu direito, o controle da costa ainda não estava garantido, mesmo após a expulsão dos franceses do Rio de Janeiro. Contrabando e ataques piratas ocasionalmente ameaçavam os portos. A luta pelo litoral norte, estendendo-se até o Amazonas, havia apenas começado, e a usurpação portuguesa ao sul de Cananéia enredaria a colônia — na verdade os estados sucessores independentes — em guerras intermitentes por mais de um século e meio. As violentas rivalidades coloniais do primeiro século foram, portanto, apenas um aperitivo das crescentes ameaças ao reino da natureza.

O declínio catastrófico da população nativa que se seguiu à invasão européia do século XVI e a insignificância demográfica da imigração portuguesa concederam à Mata Atlântica um alívio, após 10 mil anos de caça e coleta e mil anos de lavoura itinerante. A floresta que estava afastada de portos adequados ou carente de pau-brasil foi deixada em paz. Teve início um período de recomposição da vegetação e da fauna. Isto pode ser verificado em alguns lugares. O primeiro assentamento português nas terras altas foi abandonado porque a proximidade de florestas tornava-o indefensável. A vila de São Paulo, fundada em uma colina no meio de uma planície ampla, aberta, em 1587 possuía "mais bosques que outra coisa", e os citadinos receberam ordens para cortar as árvores no interior e ao longo de suas paliçadas. Ordens similares foram dadas aos habitantes do Rio de Janeiro em 1620 e 1624.[39] Tições e machados teriam de manter encurralada uma floresta em expansão que os tupis haviam mantido em estado secundário, e os neo-europeus lutariam para evitar seu avanço para áreas que, há muito desnudadas da cobertura florestal, haviam se estabilizado em pradarias abertas.

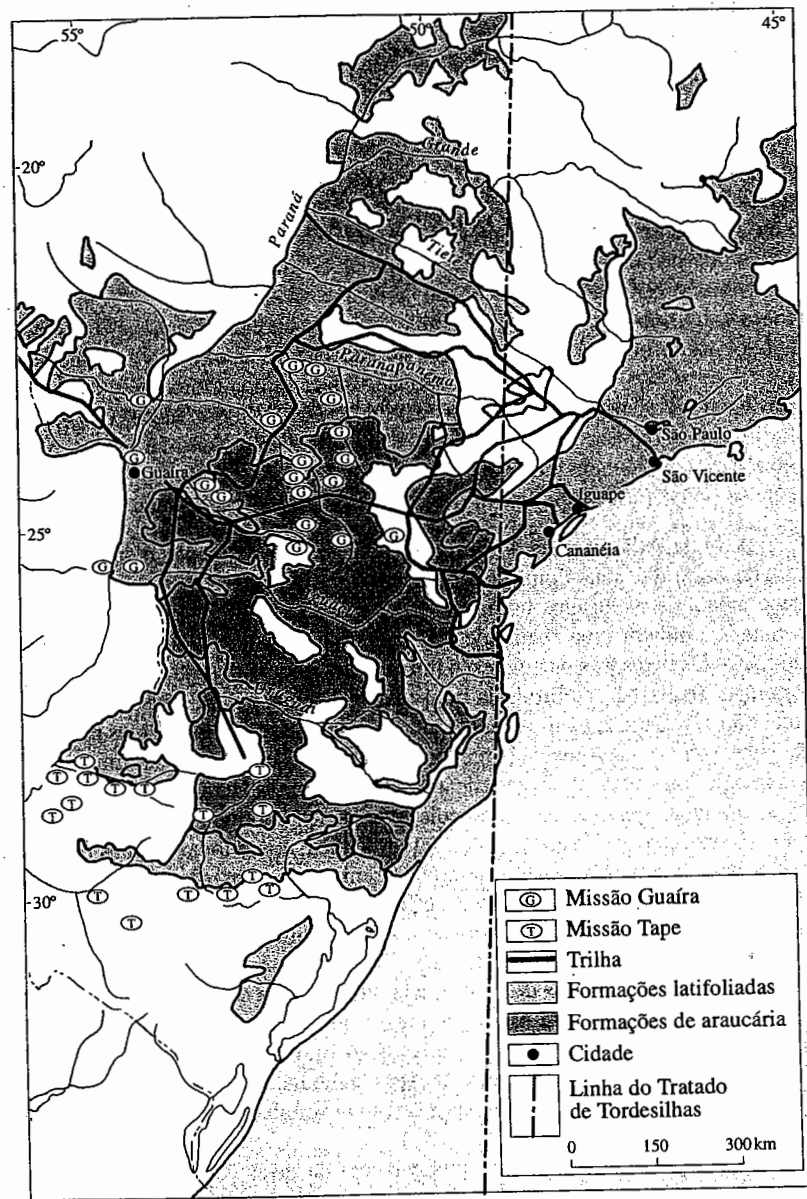
A Mata Atlântica ainda era quase totalmente desconhecida ou inobservada. Uma imensa realidade natural, inteiramente à vista dos invasores, estava ainda a mais de um século de distância de ser descoberta.

4
ALHEAMENTO: DESPOVOADA, A FLORESTA RENASCE

Neste país tudo é vergônteas novas e espinhosas cujo fruto é imperfeito, que são os mamelucos.

FRANCISCO PIRES

A Mata Atlântica, tendo a sua população drasticamente reduzida em grande parte dos seus domínios, passou a uma fase em que diminuíram as necessidades e os anseios humanos. No curso do século XVII, porém, foi se tornando também uma realidade cada vez mais afastada do entendimento humano. Os invasores portugueses imprevidentemente destruíram uma considerável realização cultural, da qual tinham apenas pálida consciência e à qual não conseguiram dar nenhum valor: a capacidade dos habitantes nativos de sobreviver em seu meio. Um ecossistema pode ser visto como um reservatório de informações, as geneticamente programadas e, ao mesmo tempo, as acumuladas por suas espécies, relevantes a sua sobrevivência e reprodução em seu interior. Os homens da Mata Atlântica, como todas as suas outras criaturas, haviam armazenado, durante 12 mil anos, seus próprios estoques de informação. Cada grupo havia atribuído nomes a centenas de espécies para as quais encontraram algum uso e sobre as quais conheceram os hábitats, estações, hábitos e, ainda, relações com outras espécies. Uma vez que os recursos e experiências de cada aldeia diferiam dos de seus vizinhos, milhares de espécies da Mata Atlântica tinham sido catalogadas na memória de seus habitantes humanos. Apenas a tradição oral preservava essa cultura. Uma vez retirados os indígenas de seus hábitats, toda essa informação começou a se deteriorar, e a floresta se tornou estranha e carente de propósito humano.

A primeira ou as duas primeiras gerações de invasores portugueses haviam dependido totalmente dos conhecimentos indígenas sobre a Mata Atlântica. Os tupis caçavam, plantavam e cozinhavam para os expedicionários, além de curar suas doenças. Tão dependentes eram os portugueses que, de

Mapa 3. Bandeiras, entre 1580 e 1640

quando em quando, tinham de se rebaixar a trocar seus estoques de facas e anzóis não por bens comerciais ou escravos, mas por mandioca. Os invasores não conseguiam penetrar com segurança na floresta; precisavam de guias. "Os índios são como feras da floresta", relatavam com inveja, "porque entram na mata para caçar, nus e descalços, sem medo algum". Durante esse período, os invasores raramente ousaram penetrar na floresta em busca de escravos; em vez disso, eles os adquiriam por meio de negociações com os nativos, a quem aplicavam o mesmo nome que empregavam em seu tráfico africano: "pombeiros" — referindo-se aos pombos que são soltos para atrair outros a voltarem para o viveiro. Na verdade, como observou um contrabandista inglês, o indígena era "um peixe no mar e uma raposa na mata e sem ele um cristão, nem para o gozo nem para o ganho, [estava] preparado para a vida ou para viver".[1]

Alguns desses primeiros portugueses sentiram simpatia pelos costumes nativos, ou pelo menos aceitavam a necessidade de aprendê-los. Desertores, degredados e feitores não tiveram escolha: penduraram as armas na estaca da habitação comunal e tornaram-se aprendizes, suspensos em redes, envoltos na fumaça sagrada do tabaco. Com suas esposas nativas e cunhados, aprendiam a armar arapucas, distinguir vozes de animais, tratar de picadas de cobra, encontrar frutos silvestres e atear fogo na floresta. O historiador Capistrano de Abreu, comentando um relatório enviado ao rei por um certo Fróes, da primeira leva de desertores e degredados que tiveram de adotar técnicas nativas de subsistência e cultura, observou que "dentro de poucos anos, um homem, nessas condições, tornava-se moralmente um mestiço". De fato, Fróes foi, pelo menos temporariamente, não um mestiço, mas um indígena.[2]

A geração mestiça gerada pelos degredados era culturalmente indígena, falante do tupi, conhecedora da floresta e dos meios de explorá-la. Essa perícia, contudo, não os tornava benquistos aos colonos portugueses que chegaram mais tarde e que os chamavam de "mamelucos". Este termo exótico derivava, talvez, de "membi oca" — filho da casa (da mãe). Mameluco pode parecer um termo insultuoso, se se considera a história da conquista moura da Península Ibérica e o conseqüente e contínuo conflito com os otomanos, mas denotava respeito relutante, bem como reconhecimento de sua utilidade para a política colonial. O imperialismo português, no entanto, continuava em dúvida quanto ao status que deveria atribuir a um grupo social intermediário entre os brancos e os indígenas submissos e proto-servis. Os filhos da primeira geração de uniões entre portugueses e tupis não aceitavam o status de camponeses e muito menos o de escravos. Resistiam ao batismo e eram indiferentes ao estigma de ilegitimidade. Andavam nus e não hesitavam em insultar os padres quando se irritavam com suas exigências. É sintomático que o jesuíta Francisco Pires empregasse uma metáfora hortícola: precisavam de poda e enxerto.[3]

Pode-se constatar que os costumes dos nativos eram atraentes aos degredados e seus colegas, e não meramente um mal necessário, pela resistência

destes aos pedidos dos jesuítas para que vestissem roupas novamente, abandonassem suas esposas tupis e assistissem à missa. Os habitantes portugueses haviam passado "a ser quase como os índios, porque, sendo cristãos, viviam à moda de gentios". Sua rebeldia, bem como a dos desertores dos postos avançados franceses do Rio de Janeiro e Cabo Frio, sugere o quanto era superficial seu assentimento quanto às compulsões morais da cristandade européia e o quanto as igrejas dependiam do Estado para obter obediência dos "fiéis". O resultado foi uma queda maior na autoridade moral da igreja: seu esforço em impor a monogamia à sociedade portuguesa apenas havia sido bem-sucedido até o ponto em que as relações abertas eram passíveis de punição por tribunais leigos. Desta forma, o concubinato, em termos práticos, estava ao alcance apenas daqueles que controlavam os tribunais — a nobreza e os ricos. Mas a Mata Atlântica aceitava qualquer português que fosse intrépido o bastante para pular a cerca e ignorar as injunções da igreja no tocante a esta e a muitas outras questões.[4]

Alguns desertores e degredados eram até encontrados participando de festas canibalescas, sem dúvida das que consagravam os feitos de seus cunhados. O costume, contudo, foi abandonado pelos próprios tupis, talvez antes do final do século XVI. Não parece provável que nisso tenham sido influenciados pelos missionários. Ninguém procurou explicar o fato, mas as demandas dos portugueses pelo trabalho forçado aumentaram em muito o valor dos prisioneiros vivos e é possível que, em conseqüência, transformaram a hierarquia de prestígio e aumentaram temporariamente a capacidade de sobrevivência daquelas tribos que colaboravam mais intimamente com o tráfico escravo. Nos primeiros anos do século XVII, os novos contingentes de indígenas que escoavam para São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro eram cada vez mais formados por guaranis e outros que jamais haviam praticado a antropofagia. Dessa maneira, desapareceu uma das formas mais pitorescas de agressividade humana e busca de status, celebrada apenas nas crônicas de cerca de uma dúzia de clérigos e comerciantes de pau-brasil.

Não demorou muito para que os brancos casados com índias e sua prole mestiça fossem arrebanhados e submetidos a uma empresa colonial que tinha pouco uso para o seu conhecimento da Mata Atlântica ou para sua ação potencial na integração de técnicas européias e indígenas. Rio de Janeiro e São Paulo continuaram a receber fluxos bem pequenos mas significativos de migrantes — aventureiros das colônias espanholas e mesmo de outros países da Europa ocidental, bem como de Portugal. Entre os migrantes, havia umas poucas mulheres, deliberadamente importadas de forma a evitar a absorção genética dos brancos. Tornou-se possível, então, uma sociedade de castas, na medida em que os homens brancos mais ambiciosos e dominantes, astutos o bastante para se darem ao trabalho de granjear favores aos olhos das autoridades portuguesas, buscavam parceiras brancas para o casamento. Com isto, distanciavam-se da trajetória comum dos colonos europeus, bem como dos

mamelucos e indígenas. Conseqüentemente, os mestiços passavam por uma triagem: aqueles reconhecidos por seus pais brancos continuavam a ser chamados de mamelucos, mas os não reconhecidos eram mencionados, sem eufemismo, como "bastardos" e estavam sujeitos ao trabalho escravo, quase da mesma forma que os nativos. Gradualmente, no curso do século XVII, sem dúvida quando um número suficiente de prole branca havia nascido, a designação mamelucos caiu em desuso e os mestiços eram todos chamados de bastardos. Os funcionários da Coroa não hesitavam em conferir privilégios aos colonos brancos, não apenas em resposta a seus próprios preconceitos raciais e sociais, mas também como um meio eficiente de garantir seu controle sobre a colônia — através de uma minoria que, sem seu respaldo, provavelmente não conseguiria sustentar seus privilégios.[5]

Entre as medidas instituídas pela Coroa para delinear uma sociedade de castas, estavam aquelas que segregavam residências neo-européias e nativas e definia a cidade como domicílio próprio de brancos. Tal como os indígenas que se convertiam ao cristianismo e se submetiam ao controle português eram separados daqueles que ainda eram recalcitrantes ou hostis, e eram colocados em aldeias, assim também os portugueses eram separados dos moradores de aldeias. A princípio, os brancos moravam em aldeias, mas no início do século XVII estavam proibidos de construir suas casas dentro delas. Em parte, a proibição procurava eliminar a vantagem que os brancos residentes entre os indígenas poderiam obter na reivindicação de sua mão-de-obra. Buscava também evitar, no entanto, a dissolução dos brancos cristãos na cultura nativa circundante. Os indígenas que tentavam "se passar" como mestiços eram constantemente expulsos das vilas. Em 1583, o conselho municipal de São Paulo proibiu que os brancos visitassem as aldeias "para beber e dançar segundo seu costume".[6]

Esta foi uma primeira tentativa, na Mata Atlântica, de definir a cidade como sinônimo de "civilização", dotando-a dos instrumentos de comando e relegando o que era nativo e bárbaro, e devidamente reprimido, às aldeias. Isso exigia que os brancos, e talvez também os mestiços, se separassem psiquicamente dos aldeães, eliminando seu desejo de convívio com eles. Essa separação evidentemente teve conseqüências sociais nocivas, mas representava também uma insistência na separação da sociedade branca da própria natureza, um impulso profundamente soterrado na cultura do Mediterrâneo, onde 7 mil anos de lavoura e criação de ovelhas tinham deixado pouco mais que um deserto desprezado. No cenário colonial, esse alheamento iria operar de modo drástico e eficaz, limitando a difusão do conhecimento da floresta às cabanas aldeãs e, ao mesmo tempo, exaltando a ignorância sobre ela entre a casta dominante.[7]

O governo colonial continuou a patrocinar aldeias, a fim de garantir que os nativos que passassem a morar, mais ou menos voluntariamente, no lado

neo-europeu da fronteira, ocupassem residências fixas, cada uma constituída por um homem e uma mulher. Isso era problemático, não apenas porque faltava aos indígenas o hábito de permanecer em moradas fixas mas também porque, carentes do sentido de propriedade, se serviam com freqüência das despensas dos brancos. A aldeia, portanto, era um campo de treinamento para aprender o respeito à propriedade e também a aceitação da definição européia de trabalho e reverência para com o deus cristão. Na maior parte da era colonial, os missionários — normalmente jesuítas ou franciscanos — foram os encarregados das aldeias. De tempos em tempos, contudo, elas eram controladas por administradores civis, sempre que a oposição secular ao monopólio clerical dessa tentadora fonte de mão-de-obra resultasse na expulsão temporária dos missionários ou na sua perda de controle legal. As terras concedidas às aldeias eram constantemente invadidas pelos brancos; por fim, a maioria delas deixou de ser auto-suficiente. Sua população era heterogênea e novos grupos eram instalados de tempos em tempos sem qualquer explicação aos moradores. Sem dúvida, as autoridades coloniais não tinham qualquer intenção de ajudar os povos nativos a preservar qualquer traço de sua cultura; na verdade, teriam achado a idéia antipática e inoportuna. Contudo, por razões práticas, os jesuítas continuavam a catequizar em uma versão híbrida das línguas aparentadas, tupi e guarani. Era nesta "língua geral" que pregavam também a povos tribais de outros troncos lingüísticos.[8]

Os habitantes das aldeias estavam sujeitos ao tributo de trabalho, aplicado até o ponto de esgotá-los. Os mais novos desses recrutados para a civilização continuavam a sofrer a calamidade de epidemias periódicas. Em diversas ocasiões, eram desalojados e transferidos para outro lugar, conforme a conveniência das autoridades. Em São Paulo, a aldeia era principalmente um meio de manter mão-de-obra temporária ao alcance da mão; no Rio de Janeiro e Espírito Santo, onde os escravos africanos eram mais facilmente obtidos para tal fim, as aldeias, no mais das vezes, serviam para estender a fronteira. A maioria das vilas nos distritos leste e norte do atual Estado do Rio de Janeiro foram originalmente aldeias, como muitas das vilas costeiras ao norte e sul de Vitória. Com o tempo, a despeito de ocasionais novos recrutamentos de moradores da floresta, as aldeias perderam sua identidade e se fundiram com o resto dos assentamentos pauperizados das aldeias mestiças, exatamente como as autoridades coloniais desejavam.[9]

Outra medida eficaz no estabelecimento de uma sociedade de castas foi o modo pelo qual as sesmarias eram concedidas. A abundância de terra desocupada, em conseqüência dos assaltos e epidemias, possibilitava a qualquer pessoa livre ocupar uma terra devoluta. Isto se tornou uma prática geral, não reconhecida pela Coroa, embora aprovada pelo costume como "posse". Na medida em que a posse fosse pacífica — isto é, quando os vizinhos concordassem mutuamente sobre seus direitos — poderia haver considerável atraso na apresentação de uma petição ao conselho municipal ou ao governador para transformar a posse em sesmaria. Era, contudo, uma solução precária e quase sempre decorrente da relativa falta de influência ou fundos por parte do posseiro para pagar certas tarifas oficialmente exigidas e emolumentos solicitados extra-oficialmente. O pleito do posseiro fortalecia-se com sua preeminência local, que poderia incluir cargo público — nos tribunais e na milícia, por exemplo — ou comércio ou propriedade rural anterior, e não excluía intimidação e negociações desonestas ou corruptas. A sesmaria — única forma legal de obter propriedade de terra desocupada e que em si mesma constituía titulação — era, dessa forma, uma das principais marcas distintivas de uma pessoa de influência, reputação e riqueza. Não era, porém, o passo inicial ou efetivo na obtenção de controle da terra e nem mesmo o passo final.

Em Portugal, a política real de concessão de terras fora concebida para estimular a produção camponesa necessária ao abastecimento das vilas; no Brasil, curvou-se ao propósito de encorajar a busca de ouro e pedras preciosas ou, no caso de não haver descobertas, a produção e exportação de açúcar. Candidatos a sesmarias que, em testemunho de seus méritos, a princípio arrolavam leais serviços prestados à Coroa ou sua descendência dos primeiros colonos, mais tarde passaram a enfatizar a propriedade de escravos como prova de sua capacidade de aumentar as exportações. Surgia, assim, uma classe dominante para quem propriedade da terra era uma forma de privilégio, conquistado por meio da prepotência local e confirmado pela conivência real. A propriedade da terra sob esse regime não alcançava a condição de um bem de mercado, embora os registros cartoriais mostrem que ela era por vezes objeto de compra e venda a dinheiro. O que sempre estava em jogo em qualquer negociação de terras era a intangibilidade do poder e status locais, variáveis que constituíam necessariamente monopólios ou, quando não monopolizadas, objetos de violenta disputa.

As primeiras concessões de terra foram modestas, compatíveis com uma escala européia de propriedade, talvez devido à limitação do domínio colonial e à dificuldade de defendê-lo das levas de indígenas empenhados em restabelecer suas terras. Não obstante, cessões iniciais de cerca de cem hectares logo deram lugar a doações muito maiores, caracterizando o que em Portugal seriam consideradas vastas propriedades: um quarto de légua quadrada (1089 hectares) no mínimo, mas na maioria das vezes uma légua inteira (4356 hectares — mais de 43 quilômetros quadrados)! Uma ordem real de 1698, com o evidente propósito de coibir abusos, limitava as sesmarias a um máximo de três léguas quadradas, considerando esse montante como equivalente ao que "um morador [o chefe, branco, ou supostamente branco, de um domicílio de colono] pode cultivar". Tais donatários eram homens com numerosos escravos e uma enorme ambição a que a Coroa estava disposta, ou era obrigada, a tentar satisfazer. De vez em quando, havia concessões ainda

maiores e os mais ricos e poderosos dos notáveis locais brigavam com os donatários para adquirir propriedades do tamanho de principados. João Raposo Bocarro, um funcionário da Coroa e capitão da milícia, recebeu uma concessão de seis léguas quadradas no século XVII. O mais arrogante de todos os notáveis que procuraram apossar-se da Mata Atlântica, contudo, foi Salvador Correia de Sá, cujo tio havia capitaneado o extermínio da colônia francesa na baía da Guanabara. Designado governador, coroou uma série de façanhas militares e comerciais com o confisco, em nome do rei, de um grupo de sesmarias sucessoras da fracassada capitania de São Tomé, que ele conferiu, em 1652, a si mesmo e a seus filhos — em reconhecimento de seus direitos como herdeiros legítimos — no total de 1300 km², ao que o rei foi persuadido a acrescentar, em favor de um dos filhos, o título de conde de Assumar.[10]

Infelizmente para a tranqüilidade da colônia e seu governo, concessões de terra eram normalmente atribuídas em condições de extrema imprecisão e confusão. O rei, os donatários, os governadores e os conselhos municipais não tinham o menor empenho em coordenar suas doações, de sorte que o mesmo território poderia muito bem possuir quatro donos aparentemente legais — ou mais, porque os limites dos município e da capitania poderiam sobrepor-se e as concessões ser atribuídas a diversos pretendentes sucessivamente. As sesmarias nunca especificavam claramente os limites e, às vezes, nem mesmo as localizações. Em grande parte, isso favorecia os pretendentes inescrupulosos que se sentiam então autorizados a expandir seus direitos como pudessem. Embora as concessões contivessem cláusulas prevendo demarcação a ser efetuada pelo donatário, ela com freqüência era omitida ou adulterada por fraude e incompetência. Sob tais circunstâncias, as sesmarias dificilmente eram mais seguras que as posses e mantê-las continuava a ser uma questão da sintonia fina entre a ganância e as suspeitas de vizinhos poderosos. O parentesco era, pois, um meio quase indispensável de controlar as chamas da hostilidade e, em conseqüência, a endogamia se convertia em preocupação dominante. A insegurança da propriedade certamente desviava a atenção dos notáveis locais que, caso contrário, poderiam em outro contexto ter alimentado sentimentos de deslealdade muito antes do rompimento final da colônia com Portugal, em 1822. Porém, se era um estratagema real, era dispendioso, porque abdicava da autoridade sobre aquilo que supostamente era objeto de toda a aventura colonial: a terra. Nesse sentido, a versão tropical do Estado absolutista se revelou bastante ineficaz.[11]

Um dos principais motivos para o tamanho espantoso das sesmarias era a técnica adotada para a exploração da floresta e seus solos. Adaptada do regime de derrubada e queimada praticado pelos indígenas, incluía a aceitação do milho e da mandioca como culturas de primeira necessidade.

Uma vez que os solos recém-queimados da floresta eram imensamente férteis e o regime eliminava a necessidade de cultivar o pousio, o arado foi abandonado. Com isso, a economia de mão-de-obra era enorme, verdadeira liberação para o colono português que não possuía escravos. O regime de derrubada e queimada — tal como praticado pelas populações nativas com densidades inferiores a 0,5 pessoas por quilômetro quadrado no planalto e menos de dez nas baixadas — fora viável indefinidamente. A colonização portuguesa, todavia, implicava uma exploração mais intensiva dos solos da floresta porque a preocupação tanto do governo como da igreja era fixar permanentemente a população rural; os colonos, por sua vez, estavam preocupados em confinar trabalhadores escravos para explorá-los com mais eficiência. Além do mais, agora havia residentes urbanos para alimentar, principalmente na sede do governo, no Rio de Janeiro, onde estavam lotados alguns milhares de funcionários, clérigos, soldados, prisioneiros e escravos urbanos. Além de tudo isso, era necessário fornecer um excedente para a metrópole, o que implicava a expansão da área cultivada, tanto para abastecer a demanda como para sustentar os que estavam engajados no comércio.[12]

Os invasores viabilizaram a lavoura mais intensiva, pelo menos no curto prazo, introduzindo, desde o princípio, animais domésticos do domínio biótico eurasiático. Porcos, galinhas, ovelhas, cabras e especialmente gado bovino propiciaram suprimento de carne com reduzido acréscimo de mão-de-obra. Entre esses animais, provavelmente os porcos deram a contribuição mais substancial ao regime agrícola. Capazes de se defender de predadores e de subsistir do que conseguiam destocar da floresta secundária, tornaram-se, no processo, um tanto ferozes, provavelmente suplantando certos animais selvagens, como a anta e o veado, nas proximidades dos povoados. É possível, também, que tenham influenciado a dispersão e sobrevivência da vegetação florestal. A contribuição do porco para a dieta neo-européia deve ser, pois, até certo ponto, descontada, porque também competiam com animais que, em sua ausência, teriam sido caçados; além do mais, retardavam o crescimento da floresta secundária, de que a lavoura dependia. Os porcos, contudo, eram preferidos pelos pequenos agricultores por serem fáceis de criar e conduzir aos mercados das vilas.[13]

O gado bovino foi introduzido inicialmente em São Vicente, talvez com a expedição de Martim Afonso de Souza em 1532, trazido das ilhas do Cabo Verde, onde a variedade portuguesa, criada solta e pesando de 200 a 300 quilos, já se aclimatara. Parte desse gado galgou o paredão costeiro até São Paulo, parte foi levada de navio para o Rio de Janeiro. Em São Vicente a pastagem era muito limitada, mas no platô de São Paulo e na planície das baixadas em torno da baía da Guanabara o capim era abundante, mais que em qualquer lugar da terra natal de que os portugueses conseguissem se lembrar. Não havia competidores para esse nicho porque nenhum grande mamífero havia pastado por essas planícies desde as extinções do Quaternário. Tampouco havia, a

princípio, qualquer notícia de pragas ou parasitas. O gado não precisava de qualquer trato: nem estábulos nem — em um clima que fornecia capim fresco doze meses por ano — forragem. Multiplicava-se rapidamente: "todo ano dão frutos", encantava-se um dos jesuítas, "sem o menor trabalho". Embora as onças aprendessem a gostar de bovinos e os nativos às vezes os matassem, seus contingentes logo encheram as pastagens disponíveis.[14]

A inserção de gado bovino no regime de derrubada e queimada foi, no entanto, problemática. Os agricultores que o praticavam não construíam cercas, mas suas clareiras eram efêmeras demais. Na prática nativa, as tentadoras faixas de mandioca atraía caça selvagem, mas os animais domésticos eram intrusos incômodos. Nos limites das vilas, onde poucos colonos possuíam gado bovino, os animais tornavam-se uma fonte de conflitos. Os proprietários muitas vezes não se preocupavam em marcar o gado e, assim, era difícil punir responsáveis por danos. A incompatibilidade entre animais de pastoreio e o regime de derrubada e queimada e a desnecessidade de associá-los ao regime da lavoura — o arado fora abandonado e as cinzas da floresta ofereciam nutrientes mais ricos e abundantes que o excremento dos animais — quase sempre determinavam a rápida e fatal separação entre os dois sistemas. No Nordeste, a fazenda de gado foi logo banida para o sertão, onde a caatinga oferecia ambiente adequado, se não ótimo, para animais resistentes à seca e a uma dieta de capim áspero e moitas espinhosas. Em 1700, havia pelo menos quinhentas fazendas de gado no interior do Nordeste.

Os pastos se formavam logo depois dos limites das vilas. Concedeu-se uma planície aos jesuítas, chamada Santa Cruz, a oeste do Rio de Janeiro. Drenaram o terreno e colocaram umas 20 mil cabeças de gado, em um único e amplo pasto. As manadas satisfaziam não apenas a demanda voraz de carne da cidade, mas também a não menos importante demanda dos engenhos de açúcar. O engenho médio empregava, como animais de carga e como força motriz para as moendas, cerca de cem bois, cuja expectativa de vida não passava de dois anos. O couro era um subproduto lucrativo do negócio: em 1709, o Brasil embarcou 110 mil peles para Lisboa, a maioria procedente de Pernambuco e Bahia. A pecuária bovina na região do Rio de Janeiro expandiu-se para leste, ao longo da costa, onde se encontrariam faixas de campos gramados até a foz do rio Paraíba do Sul. Ali se estendia a ex-terra-de-ninguém entre os tupis e goitacás, uma planície alagadiça com mais de 5 mil quilômetros de extensão, que passou a sustentar vários milhares de cabeças para o mercado do Rio de Janeiro. Nesta última área de disputas particularmente confusas em torno da terra, a pecuária bovina, provavelmente bastante generalizada em todas as regiões similares da Mata Atlântica, era um empreendimento especialmente apropriado aos posseiros porque consolidava o direito de "uso" prévio, essencial para a aquisição de título, sem exigir investimento em benfeitorias. É evidente que a confusão e violência do sis-

tema de sesmarias estimulava a difusão da pecuária de preferência à lavoura, talvez mesmo sem demanda potencial.[15]

No Sudeste, raramente se utilizavam cavalos e animais de carga nos primeiros dois séculos de colonização. As expedições em busca de escravos e o transporte de mercadorias, mesmo de mercadorias de pouco valor por unidade de peso, eram realizados a pé, onde fosse impraticável o transporte fluvial. Os cavalos eram encontrados principalmente nas vilas; a primeira menção a jumentos data somente de 1635. O desperdício de energia humana era extraordinário, quase incompreensível, principalmente considerando-se o pequeno esforço exigido pelo cultivo ou criação de animais. A explicação para isso talvez resida nas necessidades nutricionais mais elevadas dos cavalos, difíceis de satisfazer em pastagens nativas (uma explicação que implica a generalizada transformação da pastagem no período desde a extinção dos cavalos nativos do Quaternário). Enquanto o interior da floresta permaneceu em grande parte intato e as clareiras relvadas eram dispersas demais e pouco conhecidas, continuaram impraticáveis as viagens longas a cavalo. Os aldeães teriam achado difícil empregar jumentos na presença das clareiras não cercadas características do regime de derrubada e queimada.[16]

A introdução de implementos de ferro possibilitou outro tipo de intensificação do regime de derrubada e queimada. O machado tornava bem mais fácil derrubar floresta primária e não capoeira, porque reduzia em muito o trabalho de cortar árvores. É possível que a enxada tenha permitido aumentar as faixas cultivadas de um para 2,5 ou cinco hectares por trabalhador. O uso da enxada significou que a invasão inevitável de ervas daninhas não provocava necessariamente o imediato abandono de um campo. Significava também que a mata secundária não seria tão desconsiderada devido a sua provável infestação por sementes de capim. A enxada permitia o cultivo por períodos prolongados e a queimada o aproveitamento de crescimento secundário menos desenvolvido. A extensão do período de cultivo, contudo, era crítica para a estabilidade do regime de lavoura itinerante e desastrosa para a regeneração da floresta. O desenvolvimento da maioria das árvores de florestas tropicais primárias exige o micorrizo — fungos que passam a residir em suas raízes, auxiliando com isto a absorção de sais minerais. A exposição prolongada à insolação direta destrói essas criaturas. Um simples utensílio, portanto, a enxada, era potencialmente capaz de eliminar para sempre a Mata Atlântica.

Donatários com sesmarias de mil ou mais hectares depois de poucos anos requeriam uma nova sesmaria como "remédio para a minha pobreza", argumentando que suas terras estavam "cansadas". Parece impossível que tão poucos habitantes pudessem ter exaurido tanta floresta tão rapidamente, se esta fosse primária. Mesmo os jesuítas, que eram os agricultores mais eficientes e os menos inclinados a pedir mais terras apenas a título de expansão, candidataram-se a uma nova sesmaria, apenas vinte anos depois de receber

uma em Carapicuiba, alegando que aquelas terras estavam "já cansadas e tornadas em campos gerais sem algum mato".[17]

A rápida expansão da área ocupada por neo-europeus nos anos de 1600 sugere uma dilapidação impiedosa de recursos florestais. Os paulistas (isto é, os habitantes de São Paulo) e seus dependentes e escravos talvez totalizassem 15 mil indivíduos em 1650. Seus assentamentos estendiam-se por 250 quilômetros ao longo dos vales dos rios Tietê e Paraíba do Sul, uma expansão que evidencia o acerto do cronista Gabriel Soares de Souza ao observar, neste caso com óbvia aprovação, que "tratando em suma da fertilidade da terra, digo que acontece muitas vezes valer mais a novidade de uma fazenda que a propriedade, pelo que os homens se mantêm honradamente com pouco cabedal". Sua observação não só era bem inferida, como fundamental para o entendimento da construção de uma forma peculiar, extrativa, de capitalismo, na qual o estoque de capital é totalmente *in natura*, preexistente à ocupação neo-européia, e rapidamente dissipado, reduzindo a população ao nível de subsistência. Ousaremos chamar isto de capitalismo, ou se trata de capitalismo pelo avesso? A espantosa imprevidência da adaptação neo-européia da lavoura em regime de derrubada e queimada, nos antípodas da concepção do pauperizado campesinato português, cujos estabelecimentos sobreviviam com um único hectare, que ainda devia passar de geração para geração, sem redução da produtividade, desde então vem provocando o espanto e o horror dos observadores estrangeiros.[18]

O tamanho habitual da sesmaria sugere uma medida da densidade demográfica e do ritmo de derrubada da floresta. Cada sesmaria era a morada do donatário e de um modesto séquito, que consistia de seus parentes, dependentes livres e escravos. Fazendas produtoras de trigo em São Paulo empregavam, no curso do século XVII, a média de 25 indivíduos como força de trabalho escrava, os maiores contingentes chegando a 110 indivíduos na metade do século. Se as fazendas médias ocupassem sesmarias de meia légua quadrada (2178 hectares — supondo-se uma minoria de fazendas menores e um grau crescente de divisão por meio de herança) e se os habitantes livres em tais fazendas representassem em média outras vinte pessoas, então a densidade demográfica nos assentamentos neo-europeus do planalto teria sido de cerca de duas pessoas por quilômetro quadrado, quatro ou cinco vezes a de seus habitantes anteriores. Os escravos nestas fazendas teriam sido capazes de desmatar e plantar, no máximo, uns cinco hectares cada, ou 125 hectares por ano. Segundo um governador do início do século XVIII, era o que comumente se exigia deles. Um ciclo tão devastador, salientava ele, não deixava margem de tempo suficiente para a floresta rebrotar, quando a sesmaria era apenas de um quarto de légua quadrada — de fato não deixaria, pois o desmatamento da unidade estaria concluído em apenas oito anos.[19]

Mesmo meia légua quadrada era insuficiente para garantir a estabilidade, especialmente quando se considera a possibilidade de pelo menos alguma parte de cada sesmaria ser acidentada, arenosa ou alagada demais e, pois, imprópria para o cultivo. Os donatários ao longo da baía da Guanabara queixavam-se, de fato, de que grande parte de sua terra era pantanosa. Parece, contudo, que, normalmente, a prática agrícola era um pouco mais conservadora que a sugerida pelo governador, porque a taxa de ocupação do planalto de São Paulo e da baixada do Rio de Janeiro foi mais lenta que a que teria sido observada se ele estivesse certo. Se as clareiras de subsistência e trigo fossem mantidas por pelo menos três colheitas sucessivas, então, um intervalo talvez suficiente de 24 anos podia ocorrer entre cada queimada. É possível, também, que as primeiras vilas portuguesas, edificadas sobre os antigos assentamentos tupis, atacassem principalmente a floresta secundária, talvez renascida apenas em parte, uma prática que os indígenas teriam evitado. Muito provavelmente, os candidatos a sesmarias exageravam a taxa de exaustão de seus solos, para melhor fundamentar pedidos infundados de doações adicionais de terras. Na maioria dos casos, entretanto, os candidatos já estavam se apossando de terras para as quais faziam petições, às vezes por mais de uma geração. Sob tais circunstâncias, portanto, não é tão surpreendente que a exaustão do solo muitas vezes ocorresse logo depois de a concessão ser feita. Em todo caso, o renascimento da floresta geralmente era retardado, não só pelos animais domésticos, mas também pela demanda de lenha, materiais de construção e ferramentas. Fazia-se um uso liberal do calor gerado por lenha no fabrico de tijolos e telhas e no preparo da cal utilizada em argamassa e no acabamento de paredes. Mesmo as maiores sesmarias, portanto, podiam praticar uma forma predatória e instável do cultivo por derrubada e queimada.

A consolidação da colônia portuguesa ocorreu durante um período de extrema incerteza relativa à independência da metrópole e à sobrevivência de seu império. O trono português ficou vago em 1578 e foi ocupado dois anos depois por Felipe II da Espanha. Com isto, comerciantes holandeses, também súditos de Felipe II, tiveram acesso ao comércio brasileiro do açúcar, em grande parte financiado por eles mesmos. Quando, porém, a Holanda declarou independência, foram excluídos. Em retaliação, atacaram o trópico português, capturando Pernambuco, Angola, El Mina, Cabo da Boa Esperança, Ceilão, as feitorias japonesas e as ilhas Molucas. Em 1650, foram desalojados de Angola e Pernambuco, mas suas demais conquistas se mantiveram e o império asiático português por pouco não se extinguiu. A Holanda transferiu para o Caribe os segredos do fabrico do açúcar, tirando de Lisboa grande parte do mercado europeu. Enquanto isso, Portugal empenhava-se em reconquistar a própria independência, o que finalmente conseguiu em 1640. Receando, todavia, o retorno dos espanhóis e a perda de suas possessões remanescentes, o rei português foi obrigado a subordinar-se aos crescentes interesses e poder dos ingleses, então dedicados a esmagar o poder naval holandês.[20]

Mesmo enquanto as coroas de Portugal e Espanha se achavam unidas, mantinha-se uma administração independente nas colônias portuguesas, de sorte que a linha do Tratado de Tordesilhas continuava a dividir o continente sul-americano. A unificação, porém, tornava a fronteira mais permeável. As trilhas que por muito tempo haviam ligado os guaranis com a costa entre Cananéia e São Vicente continuaram em uso; de fato, os habitantes de São Paulo mantinham contatos consideráveis com os espanhóis de Assunção e comungavam de um mesmo ponto de vista quanto à necessidade de dominar os nativos e controlar os jesuítas.

Ao longo da costa, em Recife, Salvador, Espírito Santo e Rio de Janeiro, a cana-de-açúcar, introduzida quase um século antes, ainda não havia sofrido a ação de nenhum dos parasitas ou pestes que co-evoluíram com ela no Velho Mundo, exceto por umas poucas ervas daninhas, ratos e outros animais domésticos — bovinos, caprinos e suínos. O açúcar tornou-se a única atividade econômica de grande vulto que vinculava a região da Mata Atlântica à metrópole, afora o corte do pau-brasil. A produção, no entanto, crescia apenas modestamente: em 1600, alcançava 10 mil toneladas; em 1700, cerca de 19 mil. Supondo-se uma safra de cinqüenta toneladas de cana por hectare e um coeficiente extrativo de 3% por peso, em 1700, os campos de cana-de-açúcar teriam ocupado cerca de 120 km². Esta área deve ter sido tomada da floresta, porque se achava que a cana-de-açúcar era cultivável apenas em solos de floresta. Os próprios governadores se empenhavam em distribuir as melhores terras a plantadores de cana-de-açúcar, desalojando agricultores de subsistência quando necessário. Os fazendeiros, tão itinerantes quanto os praticantes da agricultura de queimada, não tomavam qualquer cuidado para manter a produtividade do solo, preferindo antes insistir junto às autoridades por sesmarias na floresta primária. Em pedido de nova sesmaria no Rio de Janeiro, por exemplo, um pretendente queixava-se de que a terra que então possuía havia se "cansado" com apenas duas safras, porque nenhuma parte dela fora "floresta virgem".[21]

Pode-se calcular que até 1700 — cerca de 150 anos após a exportação do açúcar alcançar escala comercial — os campos de cana teriam eliminado uns mil km² da Mata Atlântica, supondo-se um crescimento quase constante e os campos de cana "cansados" sendo abandonados para a agricultura de subsistência ou pastagens após uma média de quinze anos. Era uma depredação modesta; na verdade, representava menos da metade da área atual do município do Rio de Janeiro. A produção de açúcar também consumia floresta na forma de lenha, queimada debaixo dos tonéis nos quais o caldo da cana era cristalizado. Cerca de quinze quilos de lenha eram queimados para cada quilo de açúcar produzido, o que daria a média de 210 mil toneladas de matas secundárias e florestas de manguezais de enseada cortadas anualmente para esse fim. Além disso, as moendas precisavam de cinza de madeira para purgar o açúcar de suas impurezas; os manguezais das baías eram os preferidos para esse material. Calculando-se duzentas toneladas de lenha por hectare, as moendas teriam consumido mais 1200 km² no curso de 150 anos — um fator que, juntamente com a criação de gado e o fabrico de tijolo e telha, impedia que a floresta renascesse em torno de diversos estuários. Na metade do século XVII, os fazendeiros do açúcar na baía da Guanabara queixavam-se da escassez de lenha. Em fins da década de 1600, sua preferência pelo plantio em florestas virgens e o uso ineficiente de plantações de árvores para lenha estavam levando o cultivo da cana-de-açúcar a espalhar-se para leste, cruzando as baixadas na direção de Cabo Frio.[22]

O trigo não conseguia amadurecer nas baixadas mas, introduzido no platô semitropical de São Paulo em dado momento após 1609, ali floresceu. A nostalgia portuguesa por seu cereal básico — sacralizado na cerimônia da missa — e a incapacidade de Portugal produzir um excedente geraram um mercado considerável, que se estendia até o nordeste brasileiro. A essa altura, em meados de 1660, a produção de trigo paulista pode ter alcançado as 2600 toneladas. O comércio foi empreendido apesar dos elevadíssimos custos de transporte. Carregadores nativos traziam a farinha serra abaixo em cestos de trinta quilos, procedimento que duplicava seu preço em Santos e matava ainda mais indígenas. Gradualmente, um tráfico colonial de gêneros alimentícios exóticos ia modificando o ambiente desses enclaves em lenta expansão.[23]

O cultivo da cana-de-açúcar e do trigo e a criação de gado eram empreendidos com o trabalho escravo. No Sudeste, os escravos na maioria eram nativos, obtidos através de uma expansão das caçadas de escravos por paulistas. Embora os habitantes do Rio de Janeiro e do Espírito Santo estendessem seus assentamentos ao longo do litoral, os paulistas, já aninhados em um platô de terras altas, cujos rios fluíam para o interior na direção do Paraná, demonstravam preferência por penetrar para o interior. A zona inteira de floresta, dos 16° aos 26° de latitude sul, tornava-se sua área de operações. Depois de 1600, com a maioria dos agricultores nativos da região entre os rios Grande e Paranapanema mortos ou afugentados, os paulistas voltaram sua atenção mais para o sul e sudoeste, para a região ocupada pelos atuais estados do Paraná e Santa Catarina. Na extremidade sudoeste da Mata Atlântica, numa região chamada Guairá, ao longo do rio Paraná, concentravam-se populações realmente densas de guaranis e outras tribos. Desde os anos de 1550, os jesuítas sob a jurisdição do governador espanhol em Assunção estavam estendendo uma rede de missões entre esses povos. Nos anos de 1620, havia treze missões, e as que ficavam mais a leste se situavam próximo à foz do rio Paranapanema.[24]

Contra as aldeias de Guairá, os paulistas organizaram ondas de assaltos, ou entradas. Suas tropas formavam companhias militares chamadas bandeiras, donde o neologismo patrioteiro bandeirantes, que sugere porta-bandeiras ou pioneiros. Cada expedição era composta de cem ou mais brancos e mamelucos e até mil auxiliares nativos. Seus líderes eram especialistas no trá-

fico de escravos — excelentes batedores e caçadores que falavam tupi e possuíam destreza nas armas — e preservavam parte de sua herança indígena para fins menores. Essas eram guerras oficialmente sancionadas, que arregimentavam toda a população masculina. Inventavam-se causas justas para manter as aparências, em geral a retaliação por incursões que poderiam ter ocorrido anos antes. As entradas eram cuidadosamente planejadas, com depósitos de mantimentos estabelecidos por regimentos avançados, estoques suficientes de pólvora e correntes, e guarnições de retaguarda que plantavam uma provisão para alimentar os cativos na volta para a cidade. Os caçadores marchavam por terra ou navegavam descendo o rio Paranapanema ou o Tietê. Cada jornada durava meses e também cobrava seu tributo dos próprios caçadores. Em 1607, um bandeirante lamentava com petulância os 240 soldados nativos que havia "gasto" na floresta na busca de mais nativos para escravizar — uma taxa de mortalidade de três por dia. Em geral, com a escassez de suprimentos na volta, os caçadores impacientes assassinavam entre os cativos as crianças e os velhos ou fracos. Depois que os assaltos destruíram todas as aldeias nativas acessíveis, voltaram-se então contra as missões jesuítas, escravizando indígenas já batizados. Em 1640, de uma população original que pode ter chegado a 150 mil, toda essa crueldade havia capturado talvez uns 60 mil, dos quais cerca da metade pode ter sido vendida para os fazendeiros do açúcar do Rio de Janeiro.[25]

Em São Paulo, muitos dos cativos, expostos a doenças contagiosas, logo adoeciam e morriam. Assim, o retorno de cada bandeira era acompanhado de mais uma epidemia. A conseqüente escassez de mão-de-obra era justificativa suficiente para mais um assalto. O despovoamento de Guairá foi seguido de caçadas ainda mais para oeste, na área da missão de Itatim, nas cabeceiras do rio Paraguai, e para o sul, contra as missões da região dos tapes, no atual Rio Grande do Sul. Os indígenas da tribo dos tapes, contudo, estavam armados, e os paulistas, por causa das dificuldades criadas pelo excessivo alongamento de suas linhas de suprimento, foram ali derrotados em 1641. Este não foi o fim das bandeiras: algumas delas, contratadas pelos governadores e donatários do Nordeste, foram mantidas em serviço debelando revoltas indígenas por mais uma geração. No Sudeste, nesta época, os assaltos se limitavam à captura de bandos de caçadores-coletores, de proporções modestas, sem dúvida já em fuga de zonas mais litorâneas. Essas caçadas, também justificadas como o único "remédio para a sua pobreza" disponível, supriam apenas os mercados locais. Alguns desses cativos tardios eram membros de tribos que haviam antes colaborado na captura dos sedentários guaranis e que agora sucumbiam ao mesmo destino.[26]

Mesmo para os contemporâneos, parecia bizarro que o rei espanhol permitisse aos colonos brasileiros exterminarem enormes contingentes de nativos, que ele supostamente devia considerar também como vassalos, em troca do resultado tão passageiro e insignificante de alguns milhares de toneladas de açúcar.

Petições indignadas foram dirigidas à Coroa para que, em vez disso, empregasse esses guerreiros na campanha contra os invasores holandeses. De fato, foram recrutados para esse fim, mas não atenderam à convocação. A desconexão entre os interesses da Coroa espanhola e seus inúteis súditos brasileiros levanta mais dúvidas sobre a eficácia do governo imperial. É patente que, tal como com os títulos de terra, os funcionários da Coroa eram incapazes de impor a autoridade real quando estavam em jogo os pretensos interesses mais urgentes dos colonos. As reiteradas proibições reais da escravização de índios, sempre rápida e servilmente cancelada, são provas suficientes de que, apesar do que isso possa significar para a teoria do imperialismo, o império se fundava solidamente nos desejos imediatos e predatórios dos colonos neo-europeus.[27]

Apesar disso, os colonos achavam aconselhável utilizar eufemismos ao fixar em registros cartoriais seus pretensos direitos de posse [de escravos indígenas]. Descreviam-nos como pessoas "administradas", "obrigadas ao serviço" ou como "peças de serviço" (uma "peça" era uma espécie de unidade-padrão de trabalhador — um conceito que os portugueses já haviam aplicado no seu tráfico de escravos africanos). Os cativos eram vendidos e figuravam em testamentos e muitas vezes também sua prole. Assim, gradualmente ganharam as características de escravos de propriedade pessoal. O seu número, contudo, não se estabilizava porque os herdeiros por vezes renunciavam a seus prováveis direitos aos cativos ou a sua prole e porque os indígenas sofriam demais de epidemias de procedência européia. Também se rebelavam e, evidentemente, fugiam, com mais freqüência que os africanos.[28]

Os brancos que não possuíam escravos acabavam se casando com nativas e mamelucas e, pouco a pouco, formavam uma massa de mestiços deserdados, subordinados àqueles que manejavam o poder social, e vivendo "a favor" — termo regional ironicamente oportuno. Na hierarquia social, esses mestiços ocupavam uma posição acima da dos escravos africanos, que logo começaram a tomar seu lugar; seu status de pessoas livres era respeitado, enfim, devido à presença desse novo estrato despossuído ao extremo. No fim das contas, foi mais vantajoso não escravizar os nativos assimilados, como os mamelucos, porque seriam necessários para defender os brancos contra piratas e tribos não pacificadas e, sobretudo, contra os africanos seqüestrados, "que são muitos e temem apenas os índios".[29]

A introdução de africanos na região da Mata Atlântica começou nos anos de 1550. Eram preferidos aos indígenas para o trabalho na plantação devido à maior expectativa de vida e ao hábito de trabalho no campo dos homens africanos. Enquanto povos seqüestrados e deslocados, era presumível que fossem menos inclinados a fugir, "porque não têm para onde ir". Por essas razões, e também porque o fornecimento era irregular e imprevisível até o final do século XVII, valiam o triplo do preço dos cativos indígenas. Mesmo assim, na época já haviam suplantado os escravos nativos nas plantações nordestinas.[30]

Não faltava aos portugueses, práticos e de inclinações empiristas, um grau de curiosidade quanto aos domínios naturais que haviam conquistado, mas parecem ter concentrado quase toda essa atenção em suas colônias asiáticas, talvez porque aceitassem com mais prontidão informações de sábios indianos e chineses vestidos de seda que de pajés tupis botanicamente experientes, mas nus e iletrados. Apenas na metade do segundo século de colonização no Brasil foi que as florestas brasileiras, totalmente exóticas e imponentes, tornaram-se um hobby menor dos jesuítas, agora em condições de considerá-las isoladas de seus temíveis, mas em grande parte exterminados, habitantes humanos. Os desenhos de frei Cristóvão de Lisboa, residente no Maranhão no final dos anos de 1620, e que retratavam peixes, pássaros e plantas, são os mais antigos que sobreviveram. Simão de Vasconcellos, que morou na Bahia, em sua crônica escrita em 1663, objetivou mostrar que o Brasil não era inferior aos outros três quartos do mundo, uma idéia que havia rancorosamente grassado entre os européus depois de seu entusiasmo inicial por aquilo que haviam fantasiado como um paraíso terrestre. O ofício de assassinar e escravizar indígenas fora necessariamente acompanhado pela mudança de opinião quanto às qualidades positivas de suas vítimas. Esse endurecimento dos sentimentos para com seus próximos, os portugueses, e, de fato, para com o resto dos europeus, estendia-se agora em relação ao hábitat dos nativos. Vasconcellos, contudo, era um dos que faziam caminhadas nas matas e ali descobriam consolo e ao mesmo tempo prodígios. Aqueles que "caluniavam" o Brasil, escreveu ele, ignoravam-no. Aristóteles e outros autores clássicos, que afinal nem mesmo souberam que ele existia, não tinham nenhuma serventia para se alcançar um entendimento de sua excelência.[31]

Eles haviam se equivocado, por exemplo, ao supor que os climas iam ficando mais secos quanto mais próximo do equador. O Brasil era viçoso e desfrutava de influências favoráveis do Sol, da Lua e das estrelas, uma abundância de peixes em suas águas e pássaros em seus céus, e todo tipo de fera terrestre, tal como havia afiançado o primeiro capítulo do Gênese. Como qualquer outro cronista, Vasconcellos regozijava-se com a eterna primavera do Brasil, "que recria os olhos e convida as almas a louvar o Autor da natureza, porque sem dúvida excede nessa formosura todas as outras partes do orbe". Ele havia penetrado nessa verdura, escalando a escarpa costeira e adentrando as nuvens turbulentas que não permitiam distinguir sua altura. A custo alçando e vencendo as fontes cristalinas, respirando os "vapores e exalações terrenas", libertou-se, então, diante do precipício vertiginoso, das chuvas e ventos e, olhando para baixo, para as névoas e arco-íris, sentiu-se banhado em "sol e bonança", como se estivesse subitamente alçado a um outro mundo, "isento da jurisdição dos tempos, [...] qual do cume do monte Olimpo, cantam os poetas". E havia entrado nas "imensas matas" mais além, "glória e coroa de todo o arvoredo do universo, os pés na terra, as copas no céu, formando bosques deleitosos, brutescos sombrios, os mais agradáveis do

mundo". Ali, "pelas maiores calmas do verão", divagara, "no interior dessas matas léguas inteiras, à sombra sempre, sem vista de Sol, qual se fora na maior frescura da primavera de Europa", maravilhando-se diante dos "grossos troncos... a diversidade de seus gêneros, a suavidade de seu cheiro dos bálsamos, copaíbas, almécegas, sassafrases etc", muitas delas inteiramente cobertas de flores — vermelhas, púrpuras, brancas e amarelas. Isso era incomparavelmente mais belo que tudo o que a Europa tinha a oferecer.[32]

E essa floresta, densa e ininterrupta, era prolífica. A lista que Vasconcellos faz dos frutos da floresta é um sortilégio: mocuguê, sapucaia, pitomba, araçá, ibacurupari, ibanemixama, imbu, araticum, guti, caía, iapina, audá, ingá, juá, maçaranduba, murici, ibaraé, guabiraba, guabiroba. Havia a cabreúva e a copaíba, árvores das quais se obtinham bálsamos aromáticos e se confeccionavam diversos produtos. E das "ervas cheirossas e medicinais, são suas espécies sem conto: depositou a natureza nessas montanhas um tesouro de remédios humanos, de poucos conhecido", mais do que caberiam nos livros de Dioscórides ou seus seguidores. Dessa forma, "a verdura das ervas e arvoredos do Brasil... enfeita a terra, alegra a vista, recreia o cheiro, sustenta o gado, cura os homens, engrandece os edifícios, farta os famintos, enriquece os pobres: não sei que mais bondades houvesse nas da primeira criação".[33]

A descrição da floresta feita por Vasconcellos, no entanto, ocupa apenas umas poucas páginas de seu massudo livro, cujo objetivo principal era descrever a "missão heróica" de sua ordem de arrancar o Brasil do poder do inferno, sob cujo domínio havia estado desde o início do mundo, há uns 6 mil anos. Esses pedacinhos de apreciação da natureza, de fato, são muito repetitivos e se encontram espremidos entre longas e minuciosas narrativas das idas e vindas de missionários e as tribulações de suas aldeias. Esses esboços e relatos eram esforços amadores que não contradizem a suposição de que as autoridades portuguesas, pelo menos em dois séculos e meio, não se preocuparam muito com a impressionante biota da esplêndida colônia que havia caído em suas mãos. Em contraste, a breve ocupação holandesa das capitanias do Nordeste, de 1626 a 1649, resultou na publicação de brilhantes tratados de história natural, compilações de plantas e animais e um tesouro vívido e preciso de desenhos botânicos e zoológicos que ainda possuem valor inestimável para biólogos atuais.[34]

Embora o interesse científico português em seus territórios do Novo Mundo fosse pequeno, a botânica econômica mereceu um pouco mais de atenção em conseqüência da perda das colônias asiáticas. Um quarto de século depois dessa calamidade, o diplomata português Duarte Ribeiro de Macedo escreveu um relatório sagaz a respeito. Um informante holandês lhe contara que a colônia da Companhia das Índias Ocidentais em Pernambuco havia sido

prejudicada pela Companhia das Índias Orientais, que temia que as especiarias da Ásia pudessem ser transferidas para o Brasil e, com isto, arruinar seu monopólio. Embora Macedo pareça não ter tido consciência disso, esse estratagema obviamente fora empregado pelos portugueses na época em que evacuaram as ilhas das especiarias — pimenta e canela haviam sido plantadas na Amazônia e no Nordeste. A Holanda, porém, pressionara o governo português, sem dúvida ao tempo em que o monarca recentemente restaurado ainda carecia da proteção britânica, e essas plantas foram erradicadas. Uma geração depois, a idéia teve de ser reapresentada a Macedo quando o embaixador britânico o informou de que seu país estava introduzindo plantas exóticas na Virgínia e sugeria que os portugueses fizessem o mesmo.[35]

Macedo realizou um estudo da história das introduções econômicas, descobrindo que algumas eram de fato muito recentes — laranjas doces da China haviam chegado a Lisboa apenas em 1635 — e que a proibição real do plantio de especiarias asiáticas no Brasil, decretada logo após a fundação da Colônia de Goa, não fora revogada. Mesmo assim, algumas plantas exóticas, notadamente o gengibre, haviam chegado ao Brasil através de agentes desconhecidos e se aclimatado bem. Ele concluía que outras transferências poderiam facilmente ser realizadas. Se bem-sucedidas, elas restaurariam o comércio de especiarias perdido pelos portugueses e também humilhariam os holandeses, uma perspectiva muito satisfatória. Evidentemente, o rei já vinha pensando nisso. Em 1671, autorizara exportações do gengibre brasileiro, tendo se mostrado afortunadamente inócua a ordem do século XVI que o erradicava — mais um decreto sem efeito. Quando os notáveis do Rio de Janeiro souberam da notícia, saíram em procissão até a igreja e ofereceram um *Te Deum*.[36]

Seguiu-se um período de intensos esforços para coletar espécies asiáticas e aclimatá-las no Brasil. Isso se mostraria um tanto mais difícil agora que os portugueses haviam perdido o controle político e a supremacia naval no Oriente. A companhia holandesa considerou a transferência de seus tesouros vegetais monopolizados como atos de guerra. Em 1661, por exemplo, haviam enviado uma expedição à Costa de Malabar para atacar o Reino de Cochim e erradicar suas plantações de canela, que competiam com as suas próprias no Ceilão. O governador português de Goa, no entanto, conseguiu recolher todas as sementes desejadas, exceto as do cravo, que eram controladas muito de perto pelos holandeses nas Molucas. Seguiu-se uma década de remessas, fracassadas, a princípio, na maior parte, mas cada vez mais bem-sucedidas quando se desenvolveram melhores métodos de embarque. As sementes foram recebidas em todas as capitanias e cedidas aos jesuítas, que já haviam demonstrado talento para introdução de plantas, principalmente em seu horto em Salvador. Diversas das novas plantas se adaptaram bem — jaca, manga, açafrão e camélias. Infelizmente, porém, não aquelas que teriam sido de algum auxílio à balança comercial portuguesa — pimenta-do-reino e canela. A

pimenta-do-reino não vingaria e a coleta e beneficiamento da canela eram um mistério. Um jesuíta disfarçado foi enviado ao Ceilão para aliciar nativos experientes nessa arte, mas foi inútil. Esses esforços prosseguiram até 1720, quando as recentes descobertas de ouro e diamantes no Brasil salvaram a Coroa da insolvência e desviaram a atenção dos proprietários de terra brasileiros.[37]

Evidentemente, os portugueses encontraram dificuldades para substituir a flora nativa por uma outra ordem de plantas introduzidas e de interesse econômico, porque isto era bastante complexo — diferentemente das práticas imperialistas em climas mais temperados, envolvia transferências não oriundas da metrópole mas de outras colônias tropicais. Além disso, tal como no caso do império holandês, interesses mercantilistas paroquiais interferiam no projeto. Parece, no entanto, que essas primeiras iniciativas fracassaram também porque a disposição para experimentar não era muito grande.

A sociedade que habitava a Mata Atlântica, apesar de toda destruição e desordem operados pela invasão européia, ainda era, em grande parte, indígena no final do século XVII, tanto em termos culturais como genéticos. O vasto planalto, centenas de vezes atravessado nos dois primeiros séculos por destacamentos de caça, missionários proselitistas e exploradores com febre do ouro, testemunhou um intercâmbio de elementos culturais e, para além dos limites das vilas, uma espécie de indianização.

No lado indígena de uma fronteira osmótica, as adoções da cultura européia foram gradativas — não totalmente por uma questão de escolha, ainda que fossem seletivas. Os nativos que haviam sido assentados em aldeias, ou que tinham sido escravos nas lavouras de trigo, às vezes fugiam e até em massa. Umas poucas tribos derrotadas pelos invasores, mais notadamente os goitacás, que em outros tempos mantinham os tupis à distância na baixada costeira na foz do rio Paraíba, retiraram-se para o planalto e se reagruparam, subordinando ou absorvendo, por sua vez, ainda outras tribos. Reassumindo residência na floresta, esses sobreviventes acrescentavam à sua bagagem cultural um conhecimento da língua portuguesa e aquilo que um governador colonial chamou de "necessidades artificiais", principalmente o sal e implementos de ferro, em troca dos quais os chefes às vezes se dispunham a negociar crianças da aldeia, tão dependentes deles se tornaram. Esses grupos, que residiam a distâncias suficientemente grandes para permitir-lhes certa segurança, adotavam alguns produtos exóticos domesticados — arroz, laranjas, bananas e cana-de-açúcar — particularmente resistentes para sobreviver em clareiras que os grupos itinerantes visitavam periodicamente. Animais domesticados não eram práticos — quando conseguiam porcos e galinhas, em geral os matavam imediatamente. Embora as autoridades por-

tuguesas tivessem evitado que os nativos dominassem a arte de fundir o ferro, a convivência com os brancos foi suficiente para que aprendessem a trabalhá-lo; assim, passaram a comerciar artigos de ferro entre si e a remodelá-los como armas de maior utilidade, como as pontas de flecha. Esses e outros artefatos foram passados para outros indígenas que podiam nunca ter visto um homem branco.[38]

Entrementes, elementos culturais nativos, embora reprimidos e desprezados pelos neo-europeus dominantes, persistiram e invadiram o domínio neo-europeu. Mesmo após dois séculos de ocupação, por toda parte os brancos ainda constituíam minoria, exceto nas cidades do Recife, Salvador e Rio de Janeiro. Muitos entre os muitos homens que os governadores consideravam aptos para o serviço público e patentes nas milícias, eram geneticamente mestiços. O tupi-guarani continuava a ser a língua franca entre os indígenas e neo-europeus, bem como entre os indígenas, e era a língua das mulheres, a língua-mãe nas aldeias e comunidades rurais, ainda que não tenha deixado vestígio nos documentos da época. Contribuiu com milhares de palavras para o português brasileiro, especialmente para o léxico do mundo natural. Os portugueses atribuíam, por analogia, os nomes de plantas e animais europeus familiares a algumas das espécies da Mata Atlântica, mas o resto foi recebido dos indígenas. Dois terços dos nomes comuns das árvores da Mata Atlântica e praticamente de todos os seus animais são de origem tupi-guarani. Os neo-brasileiros preservaram os nomes de inúmeras formações naturais — geológicas, edáficas, vegetais — e de acidentes geográficos — rios, montanhas, vales e estuários. Em geral, os atuais nomes em português de lugares são traduções do original tupi. Até meados do século XIX, existiam sinais da persistente vitalidade dessa língua franca ao longo da fronteira da floresta. Bem poderiam os representantes indígenas contemporâneos reivindicar direitos legítimos a uma terra à qual eles deram o nome.[39]

Os elementos culturais nativos sufocados não eram necessariamente marginais, meramente pitorescos ou irrelevantes para a dinâmica colonial de dominação e extração. É difícil evitar a impressão, por exemplo, de que as bandeiras representavam uma adaptação da predileção tupi por aventuras militares. O historiador Jaime Cortesão expressou uma espécie de admiração pela capacidade dos paulistas de submeter as culturas nativas aos seus propósitos, supondo que a imensa energia despendida na captura e escravização dos guaranis fosse um esforço economicamente racional de abastecer as demandas de mão-de-obra das plantações de açúcar e trigo. Quando se considera o quanto era insignificante a produção de trigo e açúcar comparada à ampla depredação do reservatório da mão-de-obra, fica-se a perguntar se a questão de capturar grupos tribais remotos pode ter sido não para colocá-los a trabalhar mas para conquistar, através da captura em si, o mesmo tipo de honraria que dinamizava a sociedade tupi. De fato, um dos cronistas jesuítas, referindo-se ao final do século XVI, chega a afirmar: os paulistas "[viviam] de rapto dos índios e era

tido o ofício de assaltá-los, por valentia e por ele eram os homens estimados". Isso ajudaria a explicar por que os proprietários de terra em São Paulo referiam-se aos nativos que retinham para eles a posse não como rendeiros mas como *frecheiros*! Essa imersão em um conjunto nativo de valores era de se esperar, dado o quanto eram escassos nessas sociedades militarizadas os capitães e tenentes brancos, o quanto eram tupis seus sargentos mestiços e o quanto as normas de comportamento devem ter sido não-européias nas trilhas e campos de batalha das selvas.[40]

Em comparação, a insistência da Coroa em que as bandeiras procurassem pedras e metais preciosos não só era ignorada, mas, até o fim mesmo do século XVII, francamente rechaçada. Os mamelucos que guiavam um especialista em mineração, enviado pelo governador em 1607, assassinaram-no na volta a São Paulo e deram sumiço em suas amostras. Haviam chegado à sensata conclusão de que, se o ouro fosse descoberto, seriam escravizados junto com seus cativos. Entrementes, os trabalhos a que os homens mestiços e indígenas eram habitualmente obrigados parecem ter sido atividades de sua preferência ou a que, pelo menos, estavam acostumados — caçar para subsistência, fazer e manejar canoas e atacar inimigos. Mesmo seu serviço como carregadores ia ao encontro de sua decantada resistência e força física. Os homens tupis podem ter trabalhado as plantações, rompendo assim a divisão sexual do trabalho — mas o trabalho doméstico da fazenda continuava a ser realizado pelas mulheres e crianças — persuadidos a participar nos campos de cana apenas pelo disfarce desse trabalho como uma forma de "moti-ro", ou "mutirão" no português brasileiro, um acontecimento festivo de trabalho coletivo.[41]

Outros costumes populares inerradicáveis dos colonos neo-europeus dos séculos XVII e XVIII manifestam-se curiosamente diferentes dos de seus ancestrais peninsulares: a constante divisão e relocação de aldeias, em geral provocada pela discórdia entre os habitantes; e a incerteza sobre suas localizações — algumas vilas se deslocavam repetidas vezes à medida que as matas locais se exauriam. Os turnos de trabalho coletivo, por úteis que fossem na extorsão de trabalho dos nativos, irritavam as autoridades coloniais que constataram que o mesmo era popular também entre brancos e mestiços e o encaravam como esporádico e não mais que um convite à embriaguez e desordem. Poder-se-ia imaginar também que a difusão lenta, no Sudeste, do uso de animais de carga deveu-se à resistência cultural indígena, porque as características do pasto nativo e da lavoura de derrubada e queimada não explicam inteiramente a quase total ausência de bestas de carga nas áreas rurais. Os insumos adicionais de trabalho que a manutenção de tais animais teria exigido eram certamente menores que o trabalho adicional acarretado por sua ausência. É possível, quem sabe, postular, sem impor um determinismo geográfico ou tecnológico, que até certo ponto essas sobrevivências culturais — tão paradoxais em um regime colonial supostamente capaz e determinado a impor os ele-

mentos de sua preferência — estavam associadas à persistência do regime de lavoura de derrubada e queimada e à introdução de técnicas pelos neo-europeus para ampliá-la e, portanto, a uma relação peculiar com a Mata Atlântica, uma relação que iria durar por outros duzentos anos ainda, quase tanto quanto duraria a floresta.[42]

No fim de um segundo século da invasão portuguesa, a empresa colonial instalada na borda da Mata Atlântica havia-se intensificado muito. O assalto genocida a povos tribais ampliara-se por uma área muito maior e ampla faixa de floresta havia sido deixada quase sem ocupantes humanos. Os sobreviventes dessas culturas da floresta serviam agora como subclasse cativa. Um aventureiro inglês constatou, em 1650, os efeitos operados sobre aqueles que ele observava nas vilas: "a maioria como asnos, estúpidos e fleumáticos, *in servitutem nati*, e apenas aptos para a faina e o trabalho servil", afirmou desdenhosamente; "nem posso acreditar naquilo que se conta de sua ferocidade, embora em tudo que se conte de sua selvageria eu creia". A área do povoamento neo-europeu havia crescido apenas modestamente, dedicada à extração de uma cultura exótica, em sistema de *plantation*, o açúcar, cujo custo em vidas escravas e em floresta nativa foi espantosamente desproporcional ao resultado. Os homens, no âmbito do setor de controle português da Mata Atlântica, podem ter chegado a 300 mil, dos quais talvez um terço era de origem portuguesa. Cerca de 20 mil, possivelmente, moravam em vilas. A densidade rural continuava a ser muito baixa, talvez cinco pessoas por quilômetro quadrado no litoral e duas por quilômetro quadrado no planalto paulista, numa área total ocupada por neo-europeus e seus subordinados de cerca de 65 mil km². A maior parte dessa área fora subtraída à Mata Atlântica, embora parte dela tivesse sido reiteradamente derrubada e queimada pelos agricultores tupis. Havia quatro vezes mais bovinos que humanos, a maioria espalhada na caatinga do hinterland de Salvador e Recife, ocupando, talvez, outros 65 mil km², calculando-se uma cabeça por cinco hectares de pastagem ou caatinga.[43]

Mais de um século e meio depois da invasão portuguesa, a geografia do interior da colônia ainda era mítica, seus grandes rios concebidos como oriundos de um único grande lago, em algum ponto nos sopés dos Andes. Em suas florestas, habitadas pelas amazonas, guardavam-se tesouros de esmeraldas e safiras. As bandeiras posteriores dos paulistas percorreram distâncias imensas, rumo às cabeceiras dos rios São Francisco, Paraguai e Amazonas, em busca não apenas de indígenas, cada vez mais escassos, mas agora também em busca de ouro. Pequenas quantidades do metal haviam sido encontradas em riachos nas colinas ao redor de São Paulo. As autoridades coloniais estavam desesperadas para localizar ouro, que salvaria a Coroa portuguesa dos efeitos desastrosos da perda das colônias asiáticas e da perda de grande

parte do mercado do açúcar para o Caribe. Por fim, em 1690, uma das bandeiras descobriu ouro. Depósitos de aluvião foram encontrados longe, no interior, ao longo da serra do Espinhaço, abaixo de um monte que chamaram Itacolomi. A Mata Atlântica ia agora passar por uma invasão ampla e permanente. A maior corrida do ouro da história estava prestes a começar.